



CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES

V CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES

Auditório Master dia 22/11/2013

Eu queria pedir para todo mundo que está na plenária chegar mais perto e também se tiver gente lá fora pedir para alguns companheiros e companheiras, pedir para o pessoal do apoio chamar os delegados e delegadas que estão lá na área dos stands. Por favor, se o pessoal do apoio puder fazer essa gentileza para nós para a gente poder começar já já o nosso evento... Preciso de um microfone sem fio para a mesa, por favor. Dentão nós vamos primeiro apresentar a nossa mesa, quem vai coordenar a mesa é o companheiro Fernando Pigato, mas que ninguém sabe quem que é esse, é o companheiro Peixo, conselheiro das cidades pelos movimentos populares da Confederação Nacional de Associação de Moradores CONAM, companheiro Solanei, conselheiro das cidades representando o segmento dos trabalhadores, o companheiro Yuri, cadê o Yuri, está aqui na ponta, também representando o ministério das cidades e eu Evaniza Rodrigues também do governo federal, do poder público federal que somos os quatro coordenadores de mesa. A dinâmica de hoje vai ser a mesma de ontem, primeiro a exposição de quinze minutos de cada um dos convidados e dos expositores e na sequência a gente vai fazer a votação do eixo dois. Eu vou passar aqui para o Solanei e Peixe para a gente começar imediatamente a nossa mesa.

Muito bem companheiros, Ivanize já nos apresentou... essa mesa os debatedores são o companheiro Leonardo Lobo, Gerente de Fundos e Programas da Secretária do Tesouro Nacional, o nosso companheiro Miguelzinho, Miguel Lobato, do Movimento Nacional de Luta pela Moradia e o companheiro André. Muito bem, então a dinâmica é essa, nós vamos passar para os companheiros expositores, em seguida, nós vamos manter a mesa dinâmica, a mesma metodologia de ontem no primeiro eixo, eixo 1. Então nós vamos debater nesse eixo dois, todos tem aí um caderno de texto que é o sistema nacional de desenvolvimento urbano, o eixo dois especificamente sobre o fundo nacional de desenvolvimento urbano, esse fundo que para nós é uma coisa muito cara e muito importante. Então eu passo já a palavra para o companheiro Miguelzinho, Miguel Lobato.

Só lembrando pessoal que essa dinâmica foi combinada ontem, a gente tem primeiro o expositor, esse painel vai durar quarenta e cinco minutos e na sequência nós vamos ter o debate, já pegou a questão de ordem?

Esse negócio de fechar o microfone, não vai fechar o microfone aqui não, é o seguinte, a gente tem um monte de texto para discutir uma série de coisas, então por que inventaram essas coisas. A gente acaba saindo daqui tarde, por que a gente não pode votar logo esses textos aqui todos? Não vem me atropelar aqui não, eu já falei... Nós queremos o seguinte, temos várias propostas para serem debatidas, pelo amor de Deus como vocês tem preconceito com as pessoas...

Respondendo ao companheiro, foi aprovado no primeiro dia da conferência o regulamento dos painéis que dizia que haveria uma exposição e na sequência uma votação, nós estamos só seguindo o regulamento da conferência.

Bom dia a todos e todas, delegados e delegadas da nossa quinta conferência eu queria primeiro agradecer a confiança e o convite que os segmentos do conselho depositaram na minha pessoa para fazer esse painel. A ideia desse painel é a gente mostrar a contradição, o desafio que é a gente ter um fundo nacional de desenvolvimento urbano e as contradições existentes nos documentos que vocês debateram nas conferências municipais, nas conferências estaduais e essas divergências ela se reflete na conferência nacional. Por isso que precisa de ter um painel como este para que possam se elucidar as dúvidas e as pessoas possam então votar. Eu sou da sociedade civil, eu sou do movimento popular, sou do movimento nacional de luta pela moradia e nós da sociedade civil temos uma concepção sobre o fundo. Primeiro que é uma concepção política urbana, os nossos aglomerados urbanos, as nossas cidades, as nossas metrópoles elas só terão um jeito se a gente puder fazer planejamento de longo prazo. As nossas legislações, todas elas, remetem para a gente ir fazendo planos, nós temos o plano municipal, o plano de saneamento, o plano de mobilidade, agora nós queremos fazer o plano da regularização fundiária... por que se planeja e como é que eu executo o meu planejamento? Pra gente planejar a cidade e executar o que eu coloco no papel eu preciso ter dotação orçamentária perene, para que eu possa no prazo de dez anos cumprir o meu planejamento e melhorar a minha cidade. Da forma como é feita a política urbana hoje, não permite um planejamento de longo prazo, por exemplo, o programa Minha Casa, Minha Vida ele tem data e hora para acabar, ele acaba dia 31 de dezembro de 2014 porque a lei assim o disse que ela vai acabar dia 31 de dezembro de 2014. Pro Minha Casa, Minha Vida continuar, tem que ter o Minha

Casa, Minha Vida 3. Por que que a gente defende que tenha um fundo nacional de desenvolvimento urbano e que todas as dotações orçamentárias da política urbana venha para o fundo? Primeiro, esse fundo precisa de ser um fundo perene, um fundo permanente, com períodos de anos contínuos, no mínimo quinze anos para a gente poder planejar e executar o planejamento das nossas cidades. Segundo, esse fundo tem que ter dotação orçamentária própria, as políticas de habitação, de saneamento, de mobilidade, de acessibilidade, de regularização fundiária, elas precisam nesse país de ter uma ação contínua, de continuidade temporal e só tem implementação temporal se tiver recurso, se a gente souber quanto tem na dotação orçamentária a cada ano pra que os municípios possam fazer banco de projetos, banco de profissionais, para que os municípios possam efetivar uma secretaria das cidades em cada município, para que os estados possam efetivar uma secretaria estadual das cidades em cada estado, para que os estados possam contratar, qualificar e manter o seu quadro técnico. Então, essa é a diferença que tem nesse plenário, entre nós da sociedade civil do conselho e o governo federal, que muito provavelmente não é só com o governo federal, são com todos os governos. Por que? Porque ninguém quer carimbar a rubrica, ninguém aceita... pouquíssimos governos aceitam carimbar rubrica. Por que que a emenda 29 da saúde não está regulamentada? Porque na hora que regulamentar a emenda 29 da saúde, carimba recurso. A sociedade civil desse país está dizendo que para arrumar as nossas cidades, nós precisamos carimbar recursos, nós precisamos de dizer quanto por cento do orçamento do governo federal durante quinze anos vai estar carimbado para as políticas de desenvolvimento urbano? Nós estamos dizendo que o recurso do saneamento que hoje passa pela FUNASA pros pequenos municípios, ele pode continuar na FUNASA, mas ele vai estar escrito no fundo, a FUNASA vai respeitar a política que o conselho nacional das cidades determinar qual é a política de saneamento. O ministério da integração, que também tem recurso para desenvolvimento urbano no ministério da integração, também vai aplicar o recurso a partir da orientação e da deliberação do conselho nacional das cidades e os estados e os municípios vão aplicar os recursos a partir da orientação dos seus conselhos. O debate que nós trazemos hoje é um debate de fundo a fundo, o sistema nacional das cidades funciona se ele tiver os eixos que nós estamos debatendo aqui todos transversais, a política tem que ser transversal... A gente não consegue mais debater habitação se não tiver saneamento, o programa Minha Casa, Minha Vida está mostrando muito isso. O debate da regularização fundiária, debate a casa, debate saneamento, debate a mobilidade urbana. Se a gente não fizer esse debate transversal, essa política transversal, a gente não consegue avançar. Portanto, para

nós, esse tema é um tema fundamental, nós precisamos de saber, vai ter dinheiro para o desenvolvimento urbano, por quanto tempo? Essa é a sinalização do governo. Para vocês terem uma ideia, é tão divergente que o ministério da fazenda disse só hoje quem é que vinha, até hoje nove horas da manhã, não tinha quem viesse do governo federal, nós do conselho não sabíamos quem vinha do governo federal para fazer esse tema. Então pessoal por isso que a gente precisa de tratar esse tema com um responsabilidade que ele merece, carimbar recurso não significa ter reserva de mercado pra gente satisfazer o nosso ego, as nossas cidades hoje estão impraticáveis, as nossas cidades hoje estão completamente desordenadas, as nossas cidades hoje não tem mobilidade, falta habitação, falta saneamento, as nossas cidades hoje precisam de ser reorganizadas, precisam de ser reformadas e reformuladas e a gente só faz isso com dinheiro, porque fazer plano ou papel tudo aceita... papel tudo aceita, entre colocar no papel e executar o que a gente colocou no papel e só se faz isso com recurso e o recurso maior tem que ser do governo federal, porque a arrecadação maior é do governo federal, o governo federal tem que colocar todas em desenvolvimento urbano a maior fatia do bolo porque arrecada mais. Então isso é uma concepção de quem quer tratar de qualificar as cidades. Então, esse tema é um tema que não é fácil, meu companheiro aqui do Ministério da Fazenda sabe disso, não é tema de debater com procedimento político, de dizer vamos fazer, não é um tema fácil, é um tema que vai perdurar e nós sabemos disso, que ele é além das conferências porque é um tema que vai além das negociações políticas, para dentro do governo e para fora do governo e dentro do congresso nacional, mas é um tema que nós precisamos que o governo federal diga nós estamos no jogo, nós queremos, nós topamos o desenvolvimento urbano e nós topamos dialogar o debate do financiamento.

Vamos então dar um minutinho para os companheiros entrarem com a manifestação, vamos saldar a manifestação da CMP (aplausos).

(Manifestação – falas fora do microfone)

Uma salva de palmas para os companheiros da Central de Movimentos Populares (aplausos), peço que ocupem os seus lugares para que a gente retome o painel. Saldamos os companheiros da CMP e estamos aqui discutindo uma das ferramentas importantes do sistema nacional de desenvolvimento urbano, que é o fundo nacional de moradia. Miguel ainda tem sete minutos.

Então companheiros, como não é um tema fácil e não é um tema que a gente precisa discutir nos enganando, por isso que a gente fez questão de que o ministério

da fazenda estivesse neste painel, porque a gente sabe que é um tema que é complexo, a gente sabe que é um tema que nós dos quatro movimentos, que nós do sindicato, que nós das ONGs, que nós da sociedade civil organizada como um todo e que nós governo federal precisa de estar engajados para poder solucionar. Agora é um tema que só resolve o problema das nossas cidades se ele efetivamente estiver, não se resolve o problema da cidade escrevendo planos, se resolve o problema da cidade executando os planos que já estão escritos. E para executar os planos que já estão escritos precisa de dinheiro, não se faz reforma urbana sem dinheiro. Nós alocamos e eu queria se o ministério da fazenda pudesse dialogar com a gente no sentido do que a gente já colocou, nós estamos colocando que, por exemplo, o FGTS venha pro fundo de desenvolvimento urbano, o FAT venha para o fundo de desenvolvimento urbano, que o fundo de habitação venha para o fundo nacional de desenvolvimento urbano, para que a gente tenha um fundo transversal às quatro políticas das cidades. E quantos por cento de recurso do OGU vem pro desenvolvimento urbano. Então esse é o nosso pensar, a gente tem a convicção e a clareza que se não tiver um fundo perene, com dotação orçamentária própria, permanente por no mínimo quinze anos, para que a gente possa desenvolver as nossas cidades, reorganizar as nossas cidades, fazer as nossas cidades serem mais felizes a gente não avança na política urbana brasileira. Então, nós queremos um conselho deliberativo, nós queremos um fundo com dotação orçamentária, nós não aceitaremos dentro do fundo nacional de desenvolvimento urbano o que nós aceitamos na habitação, o fundo contábil, não aceitaremos isso, se o governo federal e se o congresso nacional não quiser encaminhar a proposta da sociedade civil, vamos para a rua para conquistar a dotação orçamentária própria porque não se é com fundo contábil que se resolve os problemas das cidades brasileiras. O problema das cidades brasileiras se resolve com dotação orçamentária, com verba carimbada para poder executar os planos que estão feitos. Por isso companheiros é que a gente está defendendo essa proposta, é obvio que não é uma proposta do lado governamental do conselho a gente sabe disso, por isso estamos deixando muito claro que esse é um ponto divergente, uma divergência clara dentro do conselho, a gente mostrou claramente que não tem consenso, um lado defende dotação orçamentária própria, no mínimo quinze anos com recurso perene, para a gente poder executar os nossos planos e reformar as nossas cidades. Um outro lado diz, o fundo é legal, mas eu faço um fundo contábil, fundo contábil não nos serve, porque fundo contábil depende da boa vontade de quem está no governo e nós não queremos isso, isso não planeja as cidades e não toca o desenvolvimento urbano das cidades. Nós queremos um fundo que independentemente de governo a gente

possa ter política de estado. A política urbana tem que deixar de ser política de governo e passar a ser política de estado, é isso que a gente defende, é isso que a gente vai lutar, muito obrigado (aplausos).

Obrigado companheiro Miguelzinho inclusive por ter sido bem rigoroso com o tempo, exatamente, fez uma fala bem clara e rigorosa. Então eu passo a fala ao companheiro Leonardo Lobo para fazer a sua exposição em quinze minutos, a gente avisa com cinco.

Meu nome é Leonardo Lobo, eu queria agradecer o convite, eu acho que essa é a primeira vez em cinco anos de ministério da fazenda e trabalhando com fundos e programas que convidam a gente antes de ter um projeto de lei para a gente analisar. Eu acho isso bastante salutar porque nos traz para a discussão e não para a crítica de um programa ou da lei que não chega. De toda sorte, eu analisei a proposta que está no documento base e a proposta como está, e é sobre isso que eu vou falar, e talvez o x da questão seja discutir entre vocês a forma como está porque o que foi dito aqui não reflete nesse texto. E o que reflete nesse texto, e aí eu vou adiantar para os senhores, eu quando você constituiu um fundo, e ele foi muito claro um fundo contábil... porque desde antes da constituição de 88 você tem uma segregação do orçamento, após a constituição de 88 e com a conta única, você não segrega o orçamento, você trata o orçamento como uma peça única e que todo ano você tem que revê-la. Então os fundos na prática se tornaram programas, os fundos contábeis e os fundos de governo, ou seja, a criação de um fundo é possível? É, mas não é aquilo que está no nosso imaginário, ela não é uma separação de recursos, ela é na prática um programa. Ou seja, eu digo que aqui vamos ver programas e que todo ano eu vou ter que brigar entre as outras políticas públicas pra alocar nessa que foi determinada. Dessa forma, eu acho que esse é o primeiro alerta que eu gostaria de dar, o segundo seria com relação às fontes que vocês utilizaram, as fontes de financiamento para esses fundos... Bem, o AGU é a fonte natural para esse fundo, acho que seria a fonte mais correta para esse fundo, vocês indicaram o FAT, o FAT na verdade ele faz empréstimos e nos últimos dois anos, seja em função das desonerações que houveram, seja em função do aumento do salário mínimo, o principal gasto dele é o abono salarial. E nos últimos dois anos o que a gente tem visto é a necessidade do aporte do tesouro nacional no FAT, ou seja, o FAT hoje em dia não seria uma fonte de recurso porque ele está precisando de recursos. O FGTS é um fundo privado, acho que seria o primeiro ponto e o ponto principal, também se trata de recursos onerosos, eu quero dizer com isso o seguinte, se o FGTS for fazer algo vai ser um empréstimo para uma instituição financeira ou

para um eventual fundo ou para o que for e vai exigir um retorno porque esses recursos voltam para remunerar as contas dos trabalhadores. Ou seja, se você criar um fundo hoje, o que acaba acontecendo, se você aportar recursos pondo em um fundo público, eu não imagino o FGTS, um fundo privado, aportando dinheiro no governo para fazer política pública, eu acho muito difícil. De toda forma nós temos que observar se a criação de mais um fundo com o uso do recurso do FGTS não aumentaria mais o custo, porque a própria existência de um fundo significa aumento do custo do financiamento porque imagina poder fazer esse financiamento direto do FGTS para a conta via um agente financeiro e fazer esse financiamento via fundo-fundo, fundo-agente financeiro, isso pode aumentar esse custo, então é algo a se pensar. O que me parece e como eu trabalho com FGTS eu acho muito difícil imaginar o FGTS passar recursos para um fundo público, isso eu não consigo imaginar. O que talvez seja mais significativo e talvez seja mais importante é que essa política e o FGTS de alguma forma de isso é uma coisa que é possível se buscar com o conselho curador, é que ele se comprometa a aplicar os recursos dele conforme as determinações do conselho das cidades, isso me parece uma coisa bastante palatável. O FINIS é um fundo público que tem um objetivo bastante específico, é um mais direto que trataria as três ou quatro áreas que vocês entendem serem as principais para a reforma urbana, ele trata apenas de uma área, ele é um fundo público, no fundo você estaria dizendo o seguinte, vocês estaria tirando o dinheiro de um fundo público para outro fundo público e no final isso seria o AGU, então volta para o AGU, deixa o FINIS, ele tem o objetivo dele. Acho que talvez assim como no FGTS, o que se possa se propor e seja o mais razoável, é você falar, olha FINIS você tem que aplicar conforme o conselho nacional determinou, o conselho nacional das cidades. Mesmo porque no FINIS, com certeza a sociedade civil é paritária visa o governo, correto? Recursos de empréstimos externos e internos, esse aqui não é viável, eu vou explicar porque. Dado que isso seja um fundo público, o que que acontece, a personalidade jurídica, quem vai estar tomando o dinheiro nunca vai ser o fundo, vai ser a união. Imagina o seguinte, eu tenho um corpo e cada membro do meu corpo quisesse tomar uma decisão sozinho, não, não é assim que acontece, imagina se cada parte do governo federal resolvesse tomar um empréstimo, haveria uma perda de controle, quem toma empréstimo é a união. Aí ela toda o empréstimo e leva o AGU pros fundos ou para as políticas públicas que ela desejar e até porque isso teria um custo de captação de recursos bastante mais barato. E o último que eu observei aqui foram os fundos constitucionais, eu gostaria de dizer que os fundos constitucionais tem dinheiro para fazer essa alocação também no fundo que vocês pretendiam criar, só que

infelizmente hoje a demanda por esses fundos é bastante maior do que a oferta desses fundos. Ou seja, são fundos que já estão absolutamente comprometidos. De toda forma, o que me foi explicado foi o seguinte, que após essa reunião vai ter um FTI e que o ministério da fazenda vai fazer parte, eu acho bastante salutar porque ao que me parece, as propostas mais do ter um fundo, o importante é alcançar os objetivos e me parece bastante melhor que a gente esteja na construção dessa solução do que efetivamente para criticar um projeto de lei que já venha construído. Então o que eu tenho certeza é que o ministério da fazenda vai estar presente, esse convite vai ser formalizado e aí vão definir quem efetivamente vai estar lá, se vai ser alguém que trata especificamente de temas urbanos dentro do ministério, se vai ser a gente, se vai ser também a gente. E agradecer, de toda a forma, o que me parece bastante importante é a congregação das vontades, porque isso aqui, mais do que um fundo, isso aqui reflete no orçamento, se vocês mostrarem vontade, se vocês mostrarem efetividade, vocês vão conseguir manter esses orçamentos, mantendo a agenda política que mobilidade urbana, habitação, saneamento são políticas essenciais, mantém no orçamento necessariamente o recurso e isso só se consegue com a demonstração da vontade popular, seja na hora do voto, seja com a sociedade civil organizada... bem, de toda forma eu diria que esse talvez seja o modelo me parece que hoje já funciona, hoje em dia, se vocês mantiverem a organização que vocês vem mantendo, a estrutura organizacional da sociedade civil como vem mantendo, a gente pode observar que os orçamentos para habitação, saneamento e infraestrutura urbana vem crescendo de maneira substancial e cada vez que a sociedade civil fala que isso é importante, esses recursos aumentam, isso já foi visto e foi visto esse ano. Eu de toda forma vou agradecer, minha fala é um pouco mais curta, eu sei que vocês tem uma agenda longa pelo dia, eu espero que eu tenha dado elementos para vocês continuarem a discussão e que tragam o texto para esse grupo que vai ser formado pelos ministérios de forma mais objetiva, principalmente transparecendo a fala que o Miguel teve aqui, porque o texto que está aqui não transparece isso e aí vai levar para gente para uma discussão qualificada com os ministérios. E eu agradeço aqui mais uma vez o convite e agradeço chamar a gente antes de ter um projeto de lei, chamar a gente para a construção, muito obrigado (aplausos).

Obrigada Leonardo, antes de passar para o nosso próximo expositor que é o André... eu queria fazer uma sessão de achados aqui... Então imediatamente a gente vai passar a palavra para o André, conselheiro das cidades do segmento

poder público municipal legislativo que vai apresentar também para a gente em quinze minutos, o panorama na sistematização das propostas.

Bom dia a todos e a todas, eu gostaria de me desculpar pela voz, eu tive a responsabilidade junto com a comissão de sistematização de tentar consolidar as propostas de todos os estados para esse eixo temático, que é um eixo muito claro, que fala como a gente vai garantir recursos para as políticas de desenvolvimento urbano, como a gente vai manter de forma permanente com políticas de estado esses recursos com controle social. Do artigo 28 ao artigo 33, o artigo 28 vai delimitar o prazo de criação, o escopo e os objetivos vão ser delineados no artigo 29, nos artigos 30 e 31 vão estar delineados os recursos, quais são as fontes que vão garantir essa perpetuidade de recursos para o fundo. O que eu pude ver e eu acredito que isso perpassa toda a discussão de todas as conferências, algumas preocupações são marcantes, dentre elas a questão rural, que no próprio plano diretor existe essa questão que o planejamento tem que ter um olhar não só para a questão urbana, mas também para as áreas rurais e também para os pequenos municípios no nosso país que é a grande maioria e de políticas voltadas para essas duas questões e também para a diversidade, que se compõe nas cinco regiões administrativas do país. Eu não concordo em relação à colocação do representante do ministério da fazenda porque eu acho que está bem claro e bem delimitado, não só na proposta do texto base, tanto nas propostas que vieram nas modificativas, aditivas e mesmo supressivas quando as conferências entenderam que era necessário para delimitar o que nós achamos que era importante, o que se colocou com clareza na sua maior parte do texto é essa caracterização de um fundo com controle social, com um conselho que possa interferir de maneira objetiva e qualitativa em relação a aplicação desses recursos, da necessidade desses recursos estarem claros dentro da peça orçamentária da união e da necessidade da clareza dentro dela, porque não adianta nada a gente ter um planejamento maravilhoso, se não existir o recurso para que essas políticas sejam executadas e implementadas. Eu acho que esse é o grande ganho, então a questão que foi colocada em relação à questão rural principalmente no estado da Bahia e também nos estados do sul Paraná, o interior do estado de São Paulo e dentre outros a questão do controle social e da necessidade de você ter rubricas específicas e sedimentadas dentro do fundo nacional de desenvolvimento urbano. Basicamente é isso, eu acredito que a gente vai ter que lutar para aprovar esse texto e demonstrar que nós temos clareza e transparência no que queremos. Eu acredito e defendo que não está colocado de forma... eu acredito que está colocado de forma clara e

transparente e eu acredito que vai ser a grande luta porque abrir mão de recursos para o desenvolvimento urbano com o controle social e essa é a grande crítica, o FINIS é um grande exemplo disso, programas que foram criados como o PAC e o Minha Casa, Minha Vida, que não tem o controle, por mais que sejam avanços e grandes investimentos não tem o controle da sociedade, tem que ser revisto e colocado dentro desse grande sistema com esse eixo que é fundamental do fundo nacional de desenvolvimento urbano. Basicamente é isso, eu tinha que apresentar esse cenário e não colocar as minhas opiniões ou opiniões da sistematização e do conselho, basicamente é isso foram grandes contribuições que a gente tem que defender e demonstrar ao governo quais são as nossas intenções e os nossos objetivos com a aprovação dessas propostas, muito obrigado (aplausos).

Obrigada André, então esses foram os três expositores, a gente agradece que todos eles ajudaram a gente com o tempo, agora temos o tempo da plenária para votação. Então tranquilamente eu gostaria de pedir... os relatores já estão ali atrás por favor coloquem o texto na tela e vamos lembrar que nós já fizemos... Queríamos agradecer a presença do Leonardo e do Miguel, se quiserem permanecer na mesa estão convidados, mas se tiverem outros compromissos, a gente está começando agora a votação... Vamos aproveitar tudo que nós aprendemos ontem, tudo que nós apanhamos ontem, não foi? E agora a gente já tem um procedimento que a gente conseguiu chegar ontem num acordo de como funcionar essa plenária, apanhamos bastante ontem e vamos aprender com o nosso trabalho. Então como vai funcionar a plenária novamente? Igual a ontem, primeiro, só são apreciadas as propostas que estão no caderno, que foi a sistematização vinda dos vinte e sete estados que fizeram a conferência. Segundo, está no nosso regulamento aprovado no dia 20, a primeira coisa que nós vamos ver é se existe defesa de alguma das propostas que estão apresentadas, se alguém quiser apresentar defesa de alguma delas nós vamos prosseguir, a primeira votação vai ser pela manutenção do texto original. Se a proposta de manutenção do texto original for aprovada, todas as propostas modificativas ou supressivas automaticamente caem. Se o pleito original não for aprovado, aí nós passamos a votar emenda a emenda, tá certo? A primeira emenda se houver é de supressão total, se não houver emenda de supressão total já passa para as emendas modificativas ou aditivas. Nas emendas novas, que vieram sem referência no texto base elas estão ao final de cada tema e são votadas também uma a uma, ok alguma questão? O Peixe vai levantar questão de ordem... Gente nós combinamos ontem que qualquer questão de ordem pode ser apresentada, mas primeiro fala ali com o representante da mesa, o representante da mesa vê a

procedência e traz pra gente abrir a palavra sobre a questão de ordem, ok? Alguma questão? Peixe por favor... Aumentar o corpo da letra, 26 agora... pedimos também que as pessoas acompanhem pelo caderno. Podemos começar então, preparados? Página 62, fundo nacional de desenvolvimento urbano FNDU, pedimos a mesma coisa, André... qualquer atendimento na lateral do palco, não na frente do palco para não ter problemas de visualização, vamos aprender com os nossos problemas de ontem que eles virem lição para hoje, pelo menos a gente evolui, a gente consegue... Estamos prontos? A gente vai fazer como ontem, a gente vai ler a original se alguém quiser fazer a defesa de alguma das substitutivas existentes avisem ao nosso amigo Peixe que está ali pescando os destaques, se não houver defesa de nenhuma aditiva a gente passa para a defesa do texto original, ok? Item 28, até 2014 o Ministério das Cidades deve elaborar e encaminhar à presidência da república proposta de criação de fundo nacional de desenvolvimento urbano como instrumento institucional de caráter financeiro, tem a finalidade de dar suporte às ações e formas de cooperação entre a união, estados, Distrito Federal e municípios para atender aos objetivos da política nacional de desenvolvimento urbano composto por rubricas específicas para as áreas de habitação de interesse social, saneamento ambiental de interesse social, transporte e mobilidade de interesse social e programas urbanos estratégicos, pergunto se há alguma defesa. Então o Dito vai defender pela modificação, então a primeira votação vai ser a manutenção do texto, se aprovada a manutenção caem as demais, se não a gente vai proceder a defesa ponto a ponto, está certo? Então em regime de votação, quem defende a manutenção do texto levanta a mão, o crachá, desculpa, em regime de votação... Quem aprova a manutenção do texto original levante o crachá. Quem aprova que haja modificações levante o crachá. Ok, agora passamos então às modificações. 85, nós temos três propostas de prazo, está certo? Então é uma contra a outra. Proposta a) até janeiro de 2014, proposta b) até 30 de junho de 2014, c) até o final do primeiro semestre de 2014, também é 30 de junho né gente? Então a c) está prejudicada... gente falem com o Peixe por favor que ele está aí para ouvir vocês... Quem faz a defesa da proposta a)? Proposta b) alguém defende a proposta b)? Nós temos que colocar um prazo, proposta original até 2014, proposta a) até janeiro de 2014 e proposta b) até 30 de junho de 2014. A proposta c está prejudicada porque ela é igual à proposta b, podemos votar? Vamos lá... quem vota na proposta original, até 2014, levanta o crachá. Passa o microfone para o Dito fazer a proposta de metodologia dele...

O nosso entendimento é que as proposta de emenda modificativa não são uma contra a outra, tem gente que defende uma ou outra, se o plenário concorda ou não concorda...

Exatamente, não são... nós estamos falando agora do parágrafo 85 que é o prazo, há três propostas de prazo, certo? Alguma defesa sobre proposta? Só há defesa da proposta b, o companheiro vai fazer a defesa da proposta b, ele quer fazer a defesa gente, ele tem o direito de fazer a defesa... Defesa são três minutos.

Evilázio de Santa Catarina, eu estou defendendo o item b) até 30 de junho de 2014 até porque janeiro de 2014 é praticamente inviável a execução de qualquer prazo aí pra executar. Então defendemos por proposta de Santa Catarina que seja até 30 de junho, esse é um dos itens a serem discutidos.

Ok? Temos acordo, podemos votar? Não... Se há requisição de defesa nós temos que acatar que o plenário defenda, nós não podemos caçar o direito das pessoas defenderem. Tem mais uma defesa, uma defesa contrária.

Bom dia a todos e todas, Daniel de São Bernardo do Campo de São Paulo, eu defendo a proposta c) porque ela não é conflitante.

A c é idêntica a b que já foi defendida.

Mas acontece que assim... ela vem de janeiro à junho, porque é o primeiro semestre... Porque agora sabemos que estamos no final de ano de 2013, tem o recesso de 2014, tem as festas e carnaval, depois vem a copa, pensem bem nisso...

Propusemos fundir a proposta b com a c e houve concordância com a plenária, então vamos manter com o plenário o acordado. Tem uma proposta de defesa da a, gente vamos lembrar por favor que a defesa tem que ser escrita na hora que está lendo, vamos lembrar não vamos esquecer. Pedimos pro pessoal ficar um pouquinho mais atrás se não vai dar microfonia de novo.

Eu sou do Paraná, meu nome é Dagosh, a proposta do Paraná, apesar de estar em cima já, janeiro de 2014, a gente acredita que qualquer que seja o prazo estabelecido, ele tem muita possibilidade de não ser cumprido. Então em janeiro de 2014 provavelmente não vai ser cumprido, mas teremos o ano inteiro para cobrar, se nós deixarmos para o meio do ano como as outras duas propostas sugerem, nós vamos ter só meio ano para cobrar e isso não vai acontecer, por isso que eu defendo seja logo no início do ano.

Está ok, podemos votar agora, já foi feita a defesa, agora podemos votar, certo? Em regime de votação, quem defende o texto original, até 2014? Primeira, ninguém... Proposta a) até janeiro de 2014, proposta b) até 30 de junho de 2014, aprovado até 30 de junho de 2014, proposta c) até o final de primeiro semestre? Fica aprovada a proposta b. Vamos agora à emenda 86, temos uma questão de ordem aqui por favor, apresente a questão de ordem antes de entrar no parágrafo 86.

Bom dia delegados e delegadas, Sansão, segmento dos trabalhadores de Santa Catarina, como eu participei ontem da plenária toda com os companheiros aqui a gente teve algumas dificuldades, mas a partir do momento que eles usaram essa dinâmica a coisa andou... Então eu quero sugerir à mesa que a gente faça a defesa apenas da substituição do texto, da modificação do texto e a partir do momento que forem aprovadas as modificações, vota a emenda sem defesa, porque aí o plenário já está ciente daquilo que quer, e vamos seguir adiante com as nossas aprovações aqui.

Nós vamos tentar fazer isso, o problema é que são muitas emendas, nós temos que ter o bom senso na hora que precisar fazer a defesa, vamos tentar... 86 emenda modificativa, alguma defesa? Então ela já está automaticamente derrubada se não há defesa, ok? Então vamos votar, não tem problema, emenda modificativa 86, quem é a favor da emenda 86 levante a mão, o crachá, desculpa, quem é contrário à emenda 86 levante o crachá, rejeitada. Emenda 87, temos alguma defesa? Tem defesa, então vamos garantir o direito de defesa, alguém defende a manutenção do texto? Estão pedindo que sejam lidas as emendas, uma por uma, então leremos. Então vamos consultar o plenário se o plenário acha que tem que ler ou não tem, a gente consulta o plenário... não tem problema... Só alteração? Está certo... A emenda 87 apenas acrescenta avaliando e garantindo as peculiaridades regionais, alguém defende a manutenção do texto? Sim, o Dito defesa da alteração... Alguém defende a manutenção do texto original? Gente não há defesa do texto original, a modificação está aprovada. Não? Então está bom, então ninguém defende, mas vamos votar. Dito, por favor a defesa da modificação.

Pessoal é só pra dizer o seguinte, que nós estamos defendendo a modificação até porque ela amplia essa questão dizendo que garante as peculiaridades regionais, evidente que nós estamos aqui fortalecendo todos esses espaços regionais, da regionalização, é nesse sentido que nós estamos pedindo o apoio, esse acréscimo nesse item.

Obrigada Dito, em regime de votação, quem defende pelo texto original, lá em cima, o verde, levanta o crachá, é sempre o original contra a mudança gente, é sempre o original... Então vocês querem inverter, está bom... Quem defende a mudança levanta a mão, o crachá. Quem defende o texto original levanta o crachá, aprovada a alteração. Emenda 88, acrescenta ao final "Valorizando o atendimento ao programa as camadas mais desfavorecidas da sociedade", alguém defende? Alguém defende a manutenção do texto original? Olha, a 87 foi aprovada a modificação, agora estamos na 88, a defesa da modificativa? Tudo bem... a defesa do texto original? Gente, se ninguém defende a original está aprovada. Direito de falar você tem meu amigo... estamos só falando se alguém defende contrário à sua posição também tem direito. A defesa da modificação da 88, pode fazer...

Bom dia! Meu nome é Wellington Oliveira sou do município de Baixo Itaperoá no sul da Bahia e defendo a modificativa 88 porque valorizando programas de atendimento às camadas mais desfavorecidas da sociedade vai atender principalmente aos municípios pequenos, que não são muitas vezes levados em conta pelo programa e as estradas e os sinais continuam ruins, o programa Minha Casa, Minha Vida continua sendo construído muitas vezes, em lugares que aumentam a incapacidade de carga desses locais e a agricultura familiar vai sendo desfavorecida, vai sendo enfraquecida. Então eu defendo a 88 por conta disso, porque ela vai além da valorização das peculiaridades regionais, muito obrigado.

Quem vai ser contra a modificativa? Ali o André... André, por favor, questão de ordem... Quem vai defender a contra modificativa? Ninguém vai defender contra? Podemos votar? 88, quem é a favor da modificação levante o crachá. Quem é contra a modificação levanta o crachá. Aprovada a emenda 88. Três questões de ordem. Olha gente, está tentando fazer rapidamente, o problema é o seguinte, são doze modificativas, então é muito difícil que as pessoas se inscrevam quando ler o texto original, quando for menos a gente consegue. Agora o seguinte, as modificativas não é uma contra a outra, elas são cumulativas, quando tiver proposta conflitante está escrito na sistematização "conflitante", aí é uma contra a outra.

Bom dia, meu nome é Iris eu sou do Paraná, nós fizemos um acordo ontem nessa plenária que quando lesse a proposta as pessoas que quisessem ir uma a favor e a outra contrária, somente na hora da proposta. E o que a gente está sentindo mesa é que todas as outras emendas aí as pessoas estão pedindo destaque, nós vamos sair daqui meia noite. O processo de ontem ao final da tarde estava dando certo, porque inclui, não inclui... andou rapidinho, agora se nós continuarmos nessa

metodologia, nós não vamos avançar, então as pessoas que querem destaque somente na hora da leitura das propostas e não das emendas.

Está bom, a mesa acata a proposta e agradece a contribuição, então gente para não haver prejuízo... Pode falar companheiro.

Eu sou Olindo de Santa Catarina, questão de ordem... Quando se vota pela rejeição do texto original e se aprova uma emenda esse texto original, o que passa a falar é o texto com a emenda, então dali pra frente se nós vamos votar outra emenda aditiva, já não é mais contra o texto original e sim contra o texto que já foi modificado anteriormente, então são ou treze modificações, então tem que ir indo uma contra a outra, porque se não nós vamos começar a nos desdizer aqui...

Está certo, muito obrigada...

Esse é o entendimento que a mesa tem que ter... modificou... modificou, é a partir dessa modificativa com outra modificativa.

Está ok, muito obrigada. Podemos seguir, eu queria pedir gente, enquanto as questões de ordem estão sendo feitas, que quem tivesse proposta acatando a proposição da companheira que falou antes, da 89 à 94 que se inscreva com o André, se alguém quer fazer defesa da 89 até a 94... pra gente poder ver isso como foi sugerido...

Mesa, é só uma complementação, Edmilson do Mato Grosso do Sul, é só uma complementação do que o colega do Paraná falou, o texto original nós já votamos que somos contra, ou seja, nós vamos acatar as modificações, a mesa tem que colocar vocês são a favor ou contra a emenda, não adianta ficar falando e o texto original? O texto original nós já falamos que não aceitamos, nós queremos as emendas... Você é a favor ou contra a emenda, somente isso...

Já acatamos na sugestão anterior... já acatamos... Pronto? Podemos ir?

É uma questão de encaminhamento... Ainda agora o delegado que acabou de falar tocou exatamente em um procedimento que a mesa está tomando que está tornando repetitiva a questão da aprovação ou não do texto original...

Já acatamos, obrigada.

Eu sou Fernando Soares, sou da Federação Nacional de Profissionais de Arquitetura, profissionais acadêmicos, tem uma questão de ordem que é o seguinte, no regimento está escrito nos painéis, no artigo seis, paragrafo primeiro, tem escrito

apresentar o tema e discutir a síntese das propostas. Então tem que apresentar os temas às propostas primeiro, eu peço como a plenária pediu, apresentação das propostas resumidas, só a alteração sem ler tudo e a gente procede desse jeito, faz as defesas e depois vai para a votação das emendas, porque não tem como a gente votar um texto original se a gente não sabe o que que são as emendas.

Ok, vamos lá... vamos tentar fazer isso... Questão de ordem.

Bom dia companheiros e companheiras, é só uma questão que nós precisamos de ter muita preocupação nesse momento porque são muitos textos, mas isso aqui são emendas modificativas do mesmo texto, correto? Então toda vez que a gente aprova e depois vai para uma outra emenda, ela está modificando o que a gente acabou de aprovar...

Não elas são cumulativas...

Mas é porque aqui está dito modificativas... Então a gente tem que saber se elas são aditivas e a gente vai poder ir adicionando e no final eu solicito que a mesa faça a leitura completa da proposta que foi aprovada porque se não vai ficar difícil...

Ok, um esclarecimento que eu entendi que ontem já estava acordado, quando a gente aprova que nem a gente aprovou agora, a 87 e a 88, uma acumula na outra, uma não nega a outra, ok? Podemos então?

Encaminhamento da mesa para facilitar... aprovou a modificativa, lê só o que que ela fala que vai acrescentar ao já aprovado...

Pronto... podemos? O companheiro está aqui pedindo para a gente não ter mais questão de ordem, a mesa acata a sugestão obrigada. Por favor do parágrafo 89 ao 94 quantos destaques tivemos André? Qual parágrafo André? Tá... a colega fez destaque em todas as emendas, então ela vai ter direito de destacar todas as emendas. Então vamos lá gente, 89, acrescenta “e desenvolvimento urbano estratégico e sustentável” a defesa, defesa, por favor... Não desliguem o microfone gente, deixa ligado.

Eu quero defender a manutenção da emenda 89 porque tudo o que nós fazemos hoje temos que fazer com planejamento estratégico e garantir com sustentabilidade a aplicação das leis, obrigada, em regime de votação, é um destaque por proposta só. Em regime de votação, quem é a favor do destaque da emenda modificativa 89 levanta o crachá, quem é contrário a emenda 89 ok levanta o crachá, ok aprovada a emenda. Emenda 90.

Márcia Regina de Ji-Paraná, Rondônia, todas as emendas elas complementam o artigo 28, vou fazer uma síntese aqui e eu acredito que a gente avança. Porque o artigo ele já foi aprovado a primeira, a emenda modificativa 88 a que nós trazemos complementa, porém se a gente aprovar a 89, já aprovou... então vai complementar a 88. A 28 complementa o Ministério das Cidades juntamente com o Conselho Nacional das Cidades, somos favoráveis, aí a gente já aprova em conjunto as emendas modificativas ao artigo e a gente avança. Nós queremos que o fundo dê apoio à criação dos fundos estaduais, municipais de desenvolvimento urbano para que o povo repasse de forma regular dentro dos critérios previamente estabelecidos? Queremos isso? Então a gente aprova em bloco, depois ainda o mesmo artigo 28 ele se complementa ainda com a emenda 92 com o percentual fixo do orçamento de 2 a 4% em rubrica, então nós estamos garantindo que de 2 a 4% é a renda que teremos para o fundo. Seguindo, a emenda modificativa 93 tem a justificativa de dar suporte financeiro, porém lá atrás nós já falamos que ele vai ter esse suporte financeiro quando ele vai apoiar a criação desses fundos estaduais, municipais, na sequência da emenda modificativa que seja implementada até 2015, se nós somos favoráveis a todas essas emendas modificativas, a gente aprova em bloco e avança o artigo 28.

Consulto o plenário, quem concorda com a proposta de aglutinar as emendas de 90 a 94 levanta o crachá. Então aprovado, muito obrigada, vamos votar agora.

Porém só com uma ressalva, a emenda 91 com receita própria ela é semelhante a 93 com recurso financeiro, aí a técnica redacional... depois a redação fica responsável de compilar tudo isso aí.

Muito obrigada, então vamos votar, quem aprova o conjunto de emendas 90 a 94 levanta o crachá. Aprovado... muito obrigado ao plenário que colaborou e terminamos a primeira proposta.

Mesa, um encaminhamento, aproveitando a fala da companheira que agora em diante todas as propostas sejam assim ok?

Vamos tentar, há propostas que são conflitantes Marcos Landa. Então agora é uma emenda aditiva, um novo parágrafo, então durante a leitura quem quiser fazer algum destaque procura o André ali que está prestando atenção em mim... quem quer defender o destaque, está bom? 95 os municípios só poderão acessar recursos de origem federal ou estadual se existir no município um sistema local de desenvolvimento urbano, com a criação e implementação de fundo municipal de

desenvolvimento urbano e do conselho das cidades, fica estabelecido que os municípios devem ter essa nova estrutura e consolidada até dezembro de 2014, alguma defesa? Uma... então por favor, a defesa...

Eu gostaria de defender essa emenda aditiva baseada no seguinte, que o grande objetivo é o favorecimento das cidades então os municípios eles tem que estar organizados, terem o seu conselho fundado, ter o fundo municipal criado para que ele possa receber os recursos do governo federal. Então eu defendo essa emenda aditiva porque ela prega a moralidade e a boa aplicação dos recursos que vai ser fiscalizado pela sociedade civil e pelo poder público dos municípios e para isso, os municípios tem que estarem organizados, apenas isso.

Ok, obrigada, em regime de votação, quem defende a provação da emenda aditiva 95 levanta o crachá. Quem é contrário a essa emenda levanta o crachá. Aprovada.

Pessoal, muito bem, nós acabamos de aprovar um parágrafo único o artigo 28 do fundo nacional de desenvolvimento urbano. Agora nós vamos entrar no artigo 29 do sistema que está em nosso caderno, a emenda modificativa 96, 97, 98 e 99, aí é o seguinte, o texto original é esse que está em verde e que todo mundo deve observar, o repasse de recursos do ministério das cidades aos estados e municípios deve estar subordinado à política nacional de desenvolvimento urbano e à construção do sistema nacional de desenvolvimento urbano. Se o plenário tem acordo com o texto original, não tem nenhuma proposta de destaque nós aprovamos o texto original e partimos já para a seguinte, emenda que é a aditiva 100, ok entenderam? Alguém defende as emendas modificativas seguintes? Senão nós vamos aprovar o texto original, ok? O texto original é esse que eu li, que está em verde no caderno de vocês... tem algum destaque? Tem... bem quem é que vai defender a modificação, porque a ideia é fazer o que a gente fez, defender em bloco, só que essa proposta está em conflito... Então quem defende o texto original? É o texto original versus quem defende modificação...

Mesa é o seguinte, nós vamos defender aqui, com exceção da 99, o resto em bloco, com exceção da emenda modificativa 99, as outras nós estamos aprovando em bloco. 96, 97 e 98 é o que estamos blocando.

Ok... que se complementa ao texto original ok, nesse espírito da anterior, alguém é contra no plenário? Não, então em regime de votação. Quem aprova as emendas que agregam o texto do artigo 29? Ok... aprovado... (manifestação no plenário). Companheiros como é que fica então o texto original? A proposta original já foi

aprovada, que é o texto que está em verde mais emendas que estão aí... os municípios devem estar de acordo com a política nacional de desenvolvimento urbano, considerando as particularidades socioeconômicas e culturais de cada região e município com definição de competência para os entes federados, utilizando o sistema de repasse de recursos fundo a fundo. Então até aí tem acordo do plenário segundo a votação original que é essa que foi feita anteriormente, ok?

Questão de ordem... Artigo 13 no inciso três, votações sempre iniciadas pela proposta de manutenção do texto base e depois pelas emendas sistematizadas, a gente está mudando a regra do jogo no momento da votação. Então vamos seguir, é primeiro perguntar se a plenária aprova ou não o texto base, não aprovando o texto base, vamos para as modificações. É óbvio que vão ser votadas as modificações aí sim pode entrar a votação em bloco ou não.

Companheiro a questão é a seguinte, nesse sentido o texto base não está em conflito com as emendas, elas estão se complementando...

Mas a partir do momento que o regulamento aprovado pede-se para fazer isso, mas tem que fazer a pergunta, está certo?

A gente fez a leitura dessa aqui e com o complemento feito pelo companheiro Landa... Ok, então em votação o texto base, por gentileza, quem estiver de acordo com o texto base levanta o crachá. Quem está de acordo com as emendas aditivas, modificativas 96, 97 e 98 conforme apresentado pelo companheiro Landa? Ok, então agora nós vamos discutir a emenda 99 porque até então está de acordo... está aprovado até a 98, vamos votar agora a 99.

A questão é a seguinte companheiro, não pode votar em bloco, porque eu concordo com uma, mas descordo da outra (manifestação contrária no plenário). Isso é manobra, votar em bloco é manobra, não pode votar em bloco.

Tem a questão de ordem do companheiro, a mesa está consultando o plenário se nós devemos votar em bloco ou não, quem é a favor de votar em bloco, por favor, levanta o crachá... ok, obrigado, quem é contra votar em bloco levanta o crachá... passou a votar em bloco nesse espírito de que é complementando a proposta, ok, obrigado. Então a seguinte é a 99, por gentileza quem for fazer a defesa da 99, por favor, se apresente, se não tem defesa, não tem 99. Tem alguém que vai defender a 99? Tem alguém que mantém a 99? Não, então está rejeitada a emenda 99 (manifestação contrária do plenário). Alguém vai defender a 99? Ok, então quem defende a 99, o companheiro defende a 99? Ok, então em votação, quem é

favorável à emenda aditiva 99? Ah... tem uma defesa aí? Companheiros, alguém vai defender? Senão a gente vai por em votação... é mais fácil...

Tem defesa ou não tem gente?

A questão da isonomia significa o seguinte, para alguns aqui que tem dúvida em relação a este conceito, à esta palavra, mas o que se tenta colocar aqui é que se haja uma distribuição de recursos de acordo com as condições de cada município, índice de desenvolvimento humano, condições de políticas públicas, se dá conta da política urbana, então tem que ter o critério de distribuição de recursos de acordo com a realidade de cada município. O problema que a palavra isonomia é de fato não dá conta disso, por isso eu não vou mais fazer a defesa, o critério é de equidade e não de isonomia.

Ok, obrigado companheiro, em regime de votação, quem é a favor da emenda modificativa 99, observando o critério de isonomia levanta o crachá. Quem é contrário à constituição desse parágrafo? Ok, muito obrigado, então rejeitado o parágrafo. Emenda aditiva número 100 todo mundo com o parágrafo na mão, eu vou ler... “Nesse processo a união deverá, primeiro, garantir a desburocratização dos recursos que são disponibilizados pelo governo de maneira que os municípios terão melhor acesso, que haja transparência nos gastos, aumento da fiscalização dos recursos”. Segundo, “aumentar os repasses financeiros das diversas fontes que compõe o FNDU, em favor dos municípios para ser aplicada a autonomia e gestão da política de desenvolvimento...” Quem é contra a constituição dessa emenda, por favor, levanta o crachá. Ficou meio a meio, eu vou pedir, por favor, que prestem atenção porque é uma emenda aditiva ao texto porque é importante que a gente vote com consciência. Quem é favorável à inclusão dessa emenda que veio de Minas Gerais, por favor, levante o crachá, obrigado. Por favor, quem é contra a emenda, por favor, levanta o crachá, está aprovada a emenda, ok, obrigado. Emenda 101, emenda aditiva, parágrafo único ao artigo 29, os municípios só poderão acessar os recursos do FNDU se tiverem definidas em seu plano diretor as diretrizes e ordenamento do território e políticas de desenvolvimento de habitação social e fundiário. Não há destaque, então, por favor, quem é favorável à emenda levanta o crachá, obrigado. Quem é contra a emenda? Emenda aprovada. 102, emenda aditiva, “O Repasse e a distribuição de recursos devem ser baseados em critérios que priorizem, 1) municípios com menos de 20.000 habitantes para elaboração dos planos setoriais, 2) o repasse do fundo diretamente aos municípios e entidades, 3) orçamento com menor índice per capita e alta demanda de serviços

públicos e moradia, 4) além do número de habitantes, a especificidade de cada município, tal como cidades fronteiriças, com fluxo obrigatório diferenciado, turísticas entre outras, 5) análise microrregional através de índice estabelecido, IDH, impacto ambiental. 7) a aplicação de recursos do fundo nacional deve estar em consonância com o plano municipal de desenvolvimento, 8) priorizar a liberação de recursos para municípios com fragilidade ambiental, 9) contratação e manutenção de equipe técnica onde com os profissionais necessários, engenheiros, arquitetos e urbanistas. Quem é a favor das emendas aditivas, por favor, levanta o crachá, obrigado. Quem é contra? Aprovado da forma como está.

Perai defesa, há duas defesas para essa proposta (manifestação contrária no plenário).

Não há necessidade de defesa, nós já votamos isso está aprovado.

Há a defesa contra e a favor (manifestação contrária no plenário).

Não tem, já passou...

Há defesa contra sim...

Tem defesa contra? Ok... então vamos ouvir a defesa contra...

Gente, a mesa não conseguiu se comunicar, eu peço desculpas, eu falei que havia defesa contra e a favor.

Ok, vamos ver a defesa contra (manifestação contrária no plenário). Plenário, por favor, nós vamos fazer a mesma votação só que com um detalhe, ouvindo a defesa contra (manifestação contrária no plenário). Ok, a mesa está entendendo que o plenário tem razão, já foi votado e aprovado (manifestação positiva no plenário). Ok, vamos seguindo para o artigo 30 onde tem o texto original "As aplicações dos recursos do fundo nacional de desenvolvimento urbano..." Não há emendas ok, texto original "1) apoiar os programas estabelecidos nos planos nacional, regionais e setoriais urbanos de ordenação do território para o desenvolvimento econômico e social". Total de emendas 4, e são emendas modificativas com aquele mesmo espírito, que a companheira, que eu não me lembro do estado, apresentou. Então... não há defesas, é possível aprovar da forma que a gente vem trabalhando... "garantir aos municípios financiar..." são as quatro emendas modificativas que só melhoram o texto, ok? Tem alguma defesa contrária? Não? Então podemos votar em bloco? Tem acordo para votar as emendas, quem é a favor levanta o crachá, por favor. Ok, obrigado. Quem é contra? Ok. Então vamos para a emenda modificativa

105, aliás... texto original... inciso 2 “captar e compatibilizar recursos financeiros para a gestão da política nacional de desenvolvimento urbano...”. Então nós temos três emendas modificativas.

Foi pedido que sejam lidas todas modificações, serão lidas todas as modificações.

Ok, 107 emenda modificativa, o texto original é esse que eu acabei de ler “captar e compatibilizar recursos financeiros para a gestão da política nacional de desenvolvimento urbano...”, aí são três emendas, a primeira... naquele espírito de melhorar o texto, “captar, compatibilizar e garantir recursos financeiros para a gestão da política nacional de desenvolvimento urbano...”, 108 “adotar mecanismos compatíveis para captar e compatibilizar recursos financeiros para a gestão da política nacional de desenvolvimento urbano...”, 109 “captar, compartilhar com os demais entes da federação...”. É o mesmo espírito, as emendas modificativas estão melhorando o texto, então há uma necessidade de falar eu não sei porque. Então é isso... vamos votar em bloco, ok?

Uma questão de ordem, por favor.

Bom dia a todos, companheiro, meu nome é Jorge Calil, eu vim de Goiânia, é o maior prazer participar disso aqui. Esse evento é um evento seríssimo, esse evento trouxe pessoas dos lugares mais longínquos desse país, esse evento é um evento que discute muita coisa séria, então eu pediria a mesa, por gentileza, que nós tornássemos essa metodologia única e não fossemos e voltássemos toda hora. Porque a Iris acabou de falar, nós concordamos, o plenário votou, nós já dissemos que a proposta está colocada originalmente, se nós não falarmos, não conceituarmos a respeito das emendas, não tem sentido votar um texto original. Nós não sabemos o que está falando lá na frente e eu pediria a vocês que nós não fossemos com uma decisão e retroagíssemos aquilo que já tinha sido resolvido, nós estamos indo e voltando toda hora.

Ok, companheiro, muito obrigado pela questão de ordem...

Eu queria só mais um segundinho... Que isso não se tornasse só nisso aqui, nessa hora que nós estamos fazendo, nesse debate de hoje, a tarde e no final dessa conferência, porque ontem nós passamos uma dificuldade incrível aqui, pessoas desistiram, foram embora, esse não é o objetivo, por favor.

Ok, a segunda questão de ordem... (aplausos).

Bom dia, Adriana Cheifer do rio Grande do Sul, a questão de ordem vai no sentido de ter relatado anteriormente... eu gostaria de pedir para a mesa que observasse que nós passamos aqui propostas que o plenário votou para ter a votação em bloco, mas a proposição não foi votada, então está havendo uma confusão com o plenário. Eu pediria que a mesa lesse de forma pausada para o plenário se organizar nos seus encaminhamentos, então eu queria que fosse observado a maneira para não ter confusão, nós estamos ali observando e o plenário está confuso, pode prejudicar a votação, muito obrigada.

Ok obrigado...

Olha só companheiros e companheiras, ontem a gente estava fazendo aquela metodologia e houve muita reclamação com a mesa com relação aos encaminhamentos, lembro também que tinha problema com a mesa que estava confusa... hoje de novo... porque é seguinte, tem um problema no texto, na minha opinião, que a comissão de validação sei lá o que que fez, colocou emendas que são aditivas como emendas modificativas e isso gerou confusão. Nós aqui estamos analisando, o plenário está muito atento, principalmente a gente tem visto que quando há divergência no conteúdo da emenda, o pessoal não vota, pede inclusive para fazer defesa, seja quem está aqui, seja quem está no plenário. Então sob esse aspecto, eu estou achando que se a gente continuar a vota emenda, palavra por palavra, nós não vamos conseguir fazer os outros eixos. Então, vamos nos entender... Quando está se propondo votar em bloco, é quando todo mundo que está lendo e já leu não há divergência, então é sob esse aspecto que nós estamos pedindo a compreensão do plenário para que a gente possa seguir. Então ninguém está atropelando o plenário, porque o plenário aqui inclusive muitas vezes está na frente da mesa nesse debate. Então eu queria aqui colocar... pedir a compreensão pra que a gente possa seguir nessa metodologia, se tiver algum problema, levanta vem aqui e encaminha a divergência... Pode ser pessoal?

Ok Dito, muitíssimo obrigado. É esse espírito de colaboração, ok companheiros? Todos nós aqui temos imensa responsabilidade com essa conferência, com a resolução dessa conferência, com o sucesso dessa conferência, então quando a gente está propondo votar em bloco, é exatamente isso, é o que está em adição, não é de conflito, então quando eu estou lendo, todos aqui participaram da conferência estadual, da conferência municipal, tem o conhecimento do texto base. Debateu, essas emendas todas vieram de Rondônia, do Mato Grosso do Sul, de Minas, então é isso, o espírito é esse, ok? Muito obrigado, obrigado Dito, vamos

seguir, se tem emenda que conflitem, que são emendas divergentes, nós vamos fazer o debate, se não tem, nós vamos votar em bloco conforme esse plenário já aprovou. Obrigado, vamos lá...

109, texto original “3 Apoiar as ações de cooperação entre os estados, municípios, Distrito Federal, nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas, microrregiões (manifestação no plenário)... Ah é o 2? Está... Texto original “2 Captar e compatibilizar recursos financeiros para a gestão da política nacional de desenvolvimento urbano”, isso aqui já foi aprovado pessoal... Então vamos lá, é a emenda modificativa 107, já foi lido, então nós vamos votar, já foi lido, nós vamos botar em processo de votação. Quem aprova as emendas modificativas em bloco levanta o crachá. Quem é contrário, favor levantar o crachá. Aprovadas as emendas modificativas. Agora o texto original “3 Apoiar as ações de cooperação entre os estados, municípios, Distrito Federal, nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas, microrregiões e regiões integradas de desenvolvimento, relacionadas às áreas de habitação, saneamento ambiental, mobilidade e transporte urbano, política fundiária e controle do uso do solo”. Alguém defende a manutenção do texto?

Pedimos que enquanto isso vai lendo as emendas para o pessoal se organizar.

Eu vou lendo então... as emendas modificativas, todas as emendas modificativas são aditivas, correto? Quem tem destaque? Defende algum destaque que é contraditório a agregar as emendas modificativas ao texto? Tem pessoas que vão defender aqui alguns destaques, nós estamos encaminhando para cá, enquanto isso eu vou lendo... há defesa de destaques. 110 emenda modificativa “3 garantir e apoiar...” ah só a palavra? Palavra “garantir”, a emenda modificativa 111, a palavra agregada é “finalizar”, aliás, “financiar”, 112 a emenda modificativa agrega a palavra “patrimônio histórico e cultural”, emenda 113 a palavra é “e municípios que apresentam conflitos graves entre as modalidades de transporte rodoviário e ferroviário, em face dos pedestres”, emenda 114 agrega “acessibilidade urbana”, emenda 115 agrega “e/ou consórcios”, emenda 116 agrega “e rural” e a emenda 117 acho que tem um erro aqui, ao invés dela estar em negrito, está minúscula, diz “microrregiões e regiões integradas de desenvolvimento, relacionadas às áreas de habitação, saneamento ambiental, mobilidade e transporte urbano, transporte metropolitano e fundiário, coordenação e controle do uso do solo”.

Por favor primeiro votar o texto original contra as emendas.

Se tem destaques, para a defesa dos destaques nós vamos votar o texto original contra dos destaques, alguém vota somente pela manutenção do texto original? Alguém aprova que se façam as defesas dos destaques?

Sim, agora temos três defesas e a primeira proposta que foi a seguinte, que se vote em bloco em exceção da 111, 113 e 115.

Então vamos lá... tem três destaques de defesa... a proposta é aprovar as demais em bloco. Quem é favorável que se aprove em bloco as emendas modificativas com exceção da 111, 113, e 115 e 116, favor levantar o crachá. Quem é contrário a essa emendas? Então aprovadas as emendas 110, 112, 114 e 117, agora passamos a defesa dos destaques...

111 quem defende? A 116 não foi inclusa... 111 quem defende? Gente, não foi a 116, eu estou falando para vocês... Estou perguntando quem defende a 111? Ninguém... então em votação a 111.

Quem aprova a emenda 111, favor levantar o crachá. Quem é contrário à emenda 111 favor levantar o crachá. Vamos lá... não deu para ver o contraste aqui... Quem é favorável à emenda 111, favor levantar o crachá. Quem é contrário à emenda 111 favor levantar o crachá. Não foi aprovada a emenda 111. Foi aprovada? Foi aprovada a emenda 111. Vamos votar de novo para verificar, se não nós vamos ter que contar. Por favor, muita atenção, nós estamos tentando verificar no visual aqui... Então vamos de novo, quem é a favor da emenda 111, favor levantar o crachá. Quem é contrário à emenda 111 favor levantar o crachá. A emenda 111 foi rejeitada. A emenda 113, quem defende a emenda 113? Quem defende a emenda 113? Pessoal o seguinte, a mesa aqui é acessível só que o plenário também tem que contribuir, nós perguntamos aqui, quem quer defender a emenda 111, não apareceu ninguém para defender nem contra e nem a favor, agora nós vamos reabrir aqui para uma defesa... Vamos votar de novo sem defesa? Agora está interessante o negócio, vamos lá... está interessante porque aqui todo mundo já foi mesa, então é bom... É um direito do plenário fazer a defesa... se alguém quiser fazer defesa é um direito do plenário... quem é favorável que venha aqui ajudar a contar... uma pessoal favorável à emenda 111, uma pessoa que defende a emenda 111 para ajudar a contar, vem aqui na frente por favor. Pessoal, vamos fazer o seguinte, uma pessoa de lado e outra desse aqui... Uma contra e uma a favor aqui. O senhor é contrário ou a favor? Contrário... uma pessoa a favor da emenda 111, a senhora é a favor? Alguém contrário pode ajudar aqui na contagem? Nós vamos abrir uma defesa,

porque o pessoal não está esclarecido, quem é a favor da emenda que vai defender? Defende aí então... tem uma defesa a favor e uma defesa contra...

Em virtude do impasse vamos à defesa da expressão “financiar”... Gente nós estamos fazendo a inclusão e modificação do artigo 30, quanto às aplicações dos recursos do fundo, então os incisos se referem ao artigo 30, quanto às aplicações dos recursos do fundo, então isso é importante a gente ficar atento. E aí os municípios consideram que não adianta só o fundo apoiar, opa... vai lá estado, vai lá município... ele tem que financiar, financiar é dinheiro, é isso que nós estamos falando... Então eu vou ler... plenária só um minutinho, para a gente garantir a defesa e garantir a compreensão para a votação. Então nós estamos fazendo... a emenda 111 está dizendo que vai acrescentar que o fundo vai apoiar, vai garantir e vai financiar as ações de cooperação entre os estados, os municípios e o Distrito Federal pra gente ser feliz.

Contrário? O Dito vai defender contrário.

Companheiros e companheiras, delegados e delegadas, atenção! Porque esse ponto de fato é muito estratégico, nós vimos o que aconteceu com relação ao PAC e ao Programa Minha Casa, Minha Vida, quando nós dos movimentos sociais dos estados e municípios vir aqui junto a Miriam Belchior, junto à presidência da república, acertava tudo por cima e nós do conselho das cidades, se quer ficávamos sabendo do que estava acontecendo em relação ao repasse dos recursos e ao financiamento dos estados e dos municípios. O que nós estamos defendendo é um processo transparente de repasse de recursos entre os estados, municípios, as associações e cooperativas, esse é o centro do debate. A segunda questão é seguinte, não financiamento, mas repasse dos recursos de fundo a fundo, se não os municípios não criam conselhos, não criam fundos e fica aqui em Brasília com o pires na mão, fazendo a política clientelista aqui em Brasília. Por isso companheiros e companheiras, nós somos contra essa ideia do financiamento individual município a município. Nós queremos uma política coletiva de controle social e de repasse fundo a fundo para o fundo nacional de desenvolvimento urbano. Contra a emenda 111, contra o clientelismo e em defesa dos processos coletivos e transparentes de repasse de recursos, muito obrigado companheiros.

Ok, muito obrigado Dito, a gente vai fazer a votação agora, eu peço aos companheiros que estão aí na frente saiam, todo mundo senta, essa votação é uma das mais importantes... A mesa agora vai encaminhar a votação, foi feita a defesa contra e a favor, nós vamos agora votar. Senta que nós vamos votar, plenário

esclarecido? Ok. Companheiro nós estamos pedindo que sentem porque nós vamos contar os votos. A gente vai fazer por amostragem, se a mesa achar que nós temos que contar, nós vamos contar. A proposta número um, a emenda 111 é... quem é a favor... Em regime de votação... senta senta... Companheiros, então em regime de votação, proposta um defendida pela companheira que é de incluir no texto a palavra “financiar” e a proposta número dois defendida pelo companheiro Dito é de não entrar a palavra “financiar”. Quem é a favor da proposta, de entrar no texto a palavra “financiar”, por favor, levanta o crachá. Ok, muito obrigado. Quem é favorável a proposta do companheiro Dito de não entrar no texto a palavra “financiar”, ok obrigado. Fragorosamente rejeitada a proposta. Seguindo, emenda número 13, quem é questão de ordem aí?

Olha era a respeito dessa questão, ela já está resolvida já foi votada. Mas só para te dizer, eu não compreendo suprimir ou não colocar no texto a palavra “financiar”.

Companheiro muito obrigado, companheiros próxima emenda a número 13, quem vai fazer a defesa?

Não Solanei, é questão de ordem também... Companheiros da mesa, plenária, por favor, nós todos queremos votar e queremos votar as melhores propostas para essa conferência, porém está complicado. No regimento antigo, décimo terceiro, ele está bem claro, em seu parágrafo segundo, na apreciação das emendas e metodologia, havendo necessidade de defesa, chama-se uma defesa a favor e uma defesa contrária. Portanto a mesa, por favor, após a votação da modificação do texto, lê emenda por emenda e pergunta, alguém contrário a essa emenda? Não havendo contrário está aprovado, se alguém for contrário se inscreve e aí chama alguém para defender, porque não havendo contrário a plenária está ciente daquilo que quer. Isso está no regimento, é isso que eu estou dizendo.

Obrigado companheiro...

Pessoal, bom dia, que queria apenas lembrar que quando a gente faz as coisas com pressa, a gente faz mal feito. Então não adianta a gente querer fazer aqui tudo rápido porque a gente está criando um monstro aqui, a gente está votando coisas que a gente nem sabe mais o que que está votando, está tudo confuso... Eu queria até aproveitar para dar a minha opinião sobre o condutor da mesa, que está cortando as pessoas, não adianta, deixa as pessoas falarem, a gente tem que ter voz. A gente está aqui para ter voz, a gente não está aqui para ser tolhido por

ninguém não... Então criou-se aqui, porque ninguém viu no regulamento, no regulamento esse termo votar em bloco, alguém já localizou onde está definido?

Nós já definimos isso companheiro...

Mas onde está no regulamento esse mecanismo de votar em bloco? A gente está votando coisas que a gente não sabe que está votando... apenas para terminar logo, andar rápido, vocês estão votando coisas que vocês não sabem que estão votando...

Ok obrigado, você pode até não saber, mas nós sabemos... Companheiros vejam só... nós temos um texto para ser votado, todo mundo sabe perfeitamente o que está aqui, o que está fazendo. Então eu quero pedir ao plenário que a mesa continue lendo o texto para fazer o trabalho, ok? Companheiro porque nós somos macaco velho de plenário, questão de ordem precede quando de fato a gente está com algum empasse, a mesa não está encontrando empasse... Nós não estamos desqualificando, nós estamos querendo ler, nós estamos querendo fazer o debate... Ok qual é a questão de ordem companheiro?

Bom dia gente, meu nome é Nailson Castro, eu vim lá do Amazonas, eu quero pedir a mesa por favor, a mesa está composta para conduzir o trabalho para a melhor construção da nossa ferramenta. A gente não pode, na ânsia de voltar para o hotel ou ir almoçar, sair votando em bloco o que a gente não discutiu gente, nós viemos lá do outro lado do Brasil pra gente discutir passo a passo, não adianta a gente votar logo isso aqui pra sair logo daqui. Isso aqui é que vai conduzir as nossas vidas durante cinco anos e a gente está na pressa aqui, querendo votar em bloco passando por cima de coisas importantes que merecem ser discutidas, por causa de pressa, vontade de merendar e vontade de tirar foto. Nós pegamos avião, deixamos as nossas famílias e a gente tem que fazer a coisa detalhadamente aqui... Votação em bloco não...

Ok companheiro, obrigado.

Mariane de Rondônia, primeiramente o que eu quero colocar aqui é o meu repúdio à mesa que desde ontem os delegados estão sendo ofendidos pela mesa, sendo desqualificados nas suas posições, isso eu não admito. A minha questão de ordem é a seguinte, vocês em regime de votação só estão considerando as aprovações e as reprovações, as abstenções também tem que ser consideradas, então a minha sugestão aqui ela tem sim sentido. Então o que você falou não procede e eu vejo que merece uma desculpa a todos aqui presentes.

Mesa, só um minuto, pelo que eu entendo de movimento comunitário, sempre a plenária tem a vantagem, a decisão é dela, a plenária é soberana, o que vocês decidiram votar em bloco, está registrado, assim tem que ser a vontade do povo. É a vontade nossa, nós não podemos ficar aqui amarrados a discursões sendo que nós decidimos, a plenária é soberana.

Ok, obrigado companheiro, ainda tem mais alguma questão de ordem?

Pessoal, olha só... Boa tarde, meu nome é Solange, eu sou da CONAN, sou conselheira, a gente está aqui tentando conversar entre nós, a gente quer dialogar com a plenária o seguinte, primeiro que essa conferência ela está com uma metodologia diferenciada, a gente não teve trabalho em grupo. Portanto, este caderno aqui, nós recebemos no credenciamento e tomamos conhecimento quando fizemos uma leitura meio que dinâmica, mas não ponto a ponto como acontece em todas as conferências quando temos trabalho em grupo, isso é uma primeira questão. A segunda questão é claro que tem propostas que dá pra gente fazer em bloco porque elas são propostas que não são conflitantes, entretanto tem propostas que são conflitantes e aí não dá para a gente votar em bloco. Qual é o problema nisso? É que eu e vocês a gente está lendo na hora, a gente não sabe exatamente qual é a conflitante e qual não é conflitante, então a gente está tentando fazer aqui um esforço sobre-humano de ler na hora a proposta, pra ver qual que dar para votar em bloco e qual que não dá. Então é claro que todo mundo quer adiantar e votar em bloco, só que em pena da gente correr em alguns erros, como foi o caso da proposta 111, que a gente votou a questão de financiamento para setor privado sem saber, depois a gente fez o recurso e aí votamos corretamente. Então assim... a minha sugestão para a mesa é que a gente voltasse à metodologia de ontem, fosse lendo ponto por ponto para tentar garantir, é claro que aí a mesa, eu não sei se dá conta de fazer, o que não for conflitante votar em bloco, agora o que for conflitante vai ter que votar proposta por proposta para a gente não ser inclusive contraditório com o que a gente está votando. Então o encaminhamento que eu queria pedir era que a mesa tentasse visualizar, o que não for conflitante vota em bloco, o que for conflitante, vota ponto a ponto, obrigada.

Uma questão de ordem do Dito, a retomar essa questão com relação à votação.

Então companheiros, a primeira coisa, a gente não quer criar nenhuma confusão com relação a esse povo, mas vamos lembrar aqui, pra fazer justiça, que quem trouxe a proposta de votação em bloco, que quem encaminhou aqui a primeira votação em bloco, não foi o movimento popular, era uma companheira do Ji-paraná

que não é do movimento popular, você não está com o crachá do movimento popular. Então para não criar essa ideia de que foi o movimento popular que está aqui que levou a plenária a votar em bloco, nós estávamos aqui votando ponto a ponto. Então esse é o primeiro ponto para fazer justiça ao movimento. Segunda questão que nós estamos entendendo, que há uma pressão de vários setores achando que o voto em bloco de fato, é antidemocrático, então eu acho companheiros que o movimento aqui tem que ser sensível. É evidente que nós temos mais pressa, até também pelas reuniões de grupo que nós já fizemos, nós já orientamos os nossos companheiros e companheiras que já discutiu nos estados muita gente essas questões. Então eu queria aqui fazer a seguinte sugestão, em respeito aos demais segmentos que estão aqui nesse plenário, que insistem no debate e na discussão, em respeito à mesa, estou sugerindo que a gente volte na discussão ponto a ponto, mas, olha só companheiros e companheiras, todos nós aqui temos responsabilidades. Temos esse eixo dois, depois se não me engano o eixo três mais o eixo quatro pra discutir, correndo o risco de não concluirmos esses debates. Então era isso, mas em respeito ao processo, nós estamos sugerindo que se volte.

Companheiros e companheiras, nós vamos consultar ao plenário novamente, nós vamos consultar o plenário, a mesa não vai rasgar o regimento interno. Nós estamos seguindo o regimento, o plenário é soberano. Nós já consultamos para votar em bloco, mas foram levantados todos os questionamentos e etc. Nós vamos perguntar de novo ao plenário, o plenário concorda ou não em votar em bloco. Proposta um, se o plenário concorda em votar em bloco, nós vamos votar em bloco com a sensibilidade de ver se tem propostas conflitivas e essas votar em separado. Se o plenário não concorda em votar em bloco, nós vamos votar proposta por proposta, lendo espaçadamente direitinho. Proposta um, o plenário concorda em votar em bloco? Ok, obrigado. Proposta dois, o plenário não concorda em votar em bloco? A maioria disse que o plenário não vota em bloco, a gente vai ler proposta por proposta voltando tudo direitinho... Ok, obrigado, vamos voltar agora...

Vamos agora discutir uma a uma aquelas emendas que ficaram em destaque, tá? Que é a emenda 113, ela já foi lida, já foram lidas todas, então agora a gente vai colocar em votação a emenda 113, quem é favorável à emenda 113? Tem defesa? Então vamos lá ouvir as defesas...

Defesa da 113, por favor... Defesa da 113, por favor...

Bom, eu gostaria de na verdade pedir aos companheiros e companheiras, de comum acordo, que se votem em favor dos municípios, principalmente os municípios mais carentes... que está aqui lá “que os municípios que apresentarem conflitos graves entre as modalidades de transporte rodoviário, ferroviário em face dos pedestres, relacionados às áreas habitacional, saneamento ambiental, mobilidade, transporte urbano, políticas fundiárias ordenadas, controle e uso do solo. Então nós estamos defendendo o uso do solo, que é a questão da ocupação do solo. Então é importante defender o direito da moradia, é importante, então nós não podemos destruir as grandes comunidades periféricas... Tem companheiro que é arquiteto aqui...

Obrigada...

Tem alguém que quer defender contrário? Nenhuma defesa contrária então vamos votar, quem é favorável à emenda 113 , favor levantar o crachá. Quem é contrário à emenda 113? Está aprovada a emenda. Quem se abstém? Está aprovada a emenda. Emenda 115, alguma defesa? Não, então quem é favorável à emenda 115 favor levantar o crachá. Quem é contrário à emenda 115? Rejeitada a emenda 115. A emenda 116, tem alguma defesa Evaniza? Não. Então quem é favorável à emenda 116, favor levantar o crachá.

Tem uma defesa aqui.

Então está... tem defesa.

Companheiros e companheiras, eu sou do Ceará e eu sou assentada, venho aqui representando a região do Maxixe Baturité e colocar a emenda rural aí quando fala no transporte por quê? Porque o rural nós não podemos deixar de ser esquecidos entre cidades e rural porque nem a cidade vive sem o rural e nem o rural vive sem a cidade. E por isso nós precisamos de um transporte rural porque nós não temos um transporte coletivo, nós não podemos andar mais em carro, em carro desses que carrega carregação, então é um conflito entre trabalhadores do campo com a sede dos municípios. Então por isso que eu coloquei rural porque temos a maioria do povo rural, das comunidades.

Então companheiros, eu estou retirando a defesa contrária em favor da defesa da companheira, estamos retirando.

Alguém quer defender contrário? Não? Então podemos colocar em votação. Quem é favorável à emenda 116, favor levantar o crachá. Quem é contrário à emenda 116, favor levantar o crachá. Quem se abstém? Aprovada a emenda 116. Agora vamos

para o texto original item 4 “apoiar a implementação de instrumentos e processos de gestão democrática da cidade”. Quem é favorável à manutenção do texto? Depois tem as emendas aditivas pessoal, é o que foi dito aqui, primeiro tem que votar a proposta original, só vai ter aditiva se for aprovada a original, o pessoal também tem que se ligar... Quem é favorável ao texto original “apoiar a implementação de instrumentos e processos de gestão democrática da cidade”, favor levantar o crachá. Quem é contrário ao texto original? Quem se abstém? Pessoal, desculpa, na verdade não é contrário ao texto original, é a favor das emendas, peço desculpas e vamos lá de novo. Então quem é favorável a manutenção do texto como está? Quem é favorável à aprovação de emendas ao texto original? Quem se abstém? Vamos lá então... emenda 118, emenda modificativa 118, “garantir e apoiar a implementação de instrumentos de processo de gestão democrática da cidade”, alguém tem alguma defesa? Não. Vamos votar, quem é favorável à emenda 118, favor levantar o crachá. Contrários? Abstenções? Aprovado. Emenda 119, “financiar e apoiar a implementação de instrumentos de processo de gestão democrática da cidade”, alguma defesa? Não. Quem é favorável à emenda 119, favor levantar o crachá. Quem é contrário à emenda 119? Abstenções? Aprovada a emenda 119. Emenda 120, “apoiar a implementação de instrumentos e processo de gestão democrática da cidade, contemplando inclusive iniciativas da sociedade civil”, alguma defesa?

Tem defesa.

Pessoal, eu penso que é um grande desafio a gente avançar, inclusive avançar contemplando outras iniciativas, mas eu acho que não seriam necessariamente iniciativas da sociedade civil, a gente tem que potencializar e fortalecer os conselhos das cidades. Então as iniciativas tem que ser dos conselhos, os conselhos é que tem que ser empoderados, porque quando a gente bota sociedade civil, nunca é movimentos populares, é atividade da associação dos juizes, é a questão do ministério público, mas acaba não empoderando o que nos interessa que são os movimentos organizados pela reforma urbana. Então eu penso que essa ampliação é um falso avanço, a gente tem que empoderar de fato os conselhos, senão a gente acaba empoderando quem está fora do debate que a gente está fazendo aqui e os nossos estados e nos nossos municípios, por isso a gente é contra essa modificação, a gente é contra essa emenda 120.

Quem é favorável à emenda 120, quer vir defender? Ninguém quer defender? Então votação. Quem é favorável à emenda 120, por favor, levantar o crachá. Quem é contrário à emenda 120? Abstenções? Rejeitada a proposta da emenda 120.

Tem uma questão de ordem.

Eu acho o seguinte, está mal conduzida a coisa, não sou de contrariar, eu tenho 32 anos como engenheiro de trânsito, me cercearam de falar, fica um grupo aqui na frente, quando alguém quer falar a não... esse aqui já está inscrito... aquele ali... parece que já está escolhido e preparado e eu não vim aqui pra isso. Agora é a minha questão de ordem, eu não vim aqui pra isso e participo há tempos, e tem companheiros da CRF que é a Comissão de Regularização de Favelas, que nós peitávamos a linha férrea quando a polícia vinha... e tirar as pessoas de perto. E nós perdemos uma grande oportunidade de resolver o problema das ferrovias no interior das cidades brasileiras. Tem sempre um grupo aqui, tem que sentar todo mundo e levanta o crachá cada um que quer falar e não ficar um grupo passando o crachá na frente dos outros, eu não estou aqui para isso, muito obrigado.

Então não foi apresentada nenhuma questão de ordem, não foi apresentada nenhuma questão de ordem, foi feita uma fala aqui do companheiro, mas não foi feita nenhuma questão de ordem.

Esclarecimento da plenária, o companheiro não pode falar na questão 113 porque outro companheiro já havia se inscrito previamente e vale a primeira inscrição para defesa.

Vamos lá... tem agora as emendas aditivas, que são os novos incisos, são o total de 19 emendas aditivas. Então a gente vai passar a leitura do que está em negrito, conforme foi combinado... emenda 121 “garantir e apoiar as ações desenvolvidas pelos conselhos das cidades em todas as esferas governamentais”, alguma defesa? Não, então vamos votar... Quem é favorável à emenda 121 favor levantar o crachá. Quem é contrário? Abstenções? Aprovada a emenda 121. Emenda 122 inciso, “capacitar os conselheiros e gestores públicos para operacionalização do SNDU em todos os níveis, federal, estadual e municipal e apoiar a implementação de formação continuada para os agentes ligados ao PNDU.” Tem alguma defesa? Não? Então vamos à votação. Quem é favorável à emenda 122 favor levantar o crachá. Quem é contrário? Abstenções? Aprovada a emenda 122. 123 “apoiar as ações prioritárias dos planos diretores municipais.” Alguma defesa? Não? Votação. Quem é favorável à emenda 123? Contrários? Abstenções? Aprovada. 124, “apoiar os municípios

técnico e financeiramente na execução das políticas relacionadas ao desenvolvimento urbano e a implementação de instrumentos de gestão democrática nas cidades, incluindo o apoio financeiro para a elaboração dos planos diretores participativos.” Alguma defesa? Votação. Favoráveis? Contrários? Abstenções? Aprovada. 125 “utilizar os recursos do fundo para elaboração dos planos setoriais: mobilidade, acessibilidade universal, plano diretor, saneamento, habitação e de regularização fundiária, viabilizando uma campanha nacional para regularização fundiária e identificação dos vazios urbanos.” Defesa? Não. Votação. Quem é favorável? Contrários? Abstenções? Aprovada. Emenda 126 “instituir o cofinanciamento para projetos habitacionais, saneamento, acessibilidade e estrutura, sendo 70% oriundos do governo federal, 25% do governo estadual e 5% do governo municipal, considerando o bem patrimonial disponibilizado para investimento com possibilidade de contrapartida.” Alguma defesa? Sim, quem defende contrário? Marcelo.

Companheiros, na emenda 126 a gente defende contrário porque a gente não pode estabelecer a porcentagem, nesse caso existem inclusive municípios que não tem pequenos interiores e não tem nenhuma capacidade de colocar nenhuma verba nos programas. Então quando você estabelece porcentagem, você restringe os acessos aos financiamentos, por isso que a gente vota não, é justamente por causa das porcentagens que estão explicitadas aqui. Em determinados casos é preciso que o governo federal entre com 100% do financiamento nesses casos, por isso que a gente vota não na emenda 126.

Alguma defesa favorável? Não? Então em regime de votação. Quem é favorável à emenda 126 levanta o crachá. Quem é contrário favor levantar o crachá. Abstenções? Rejeitada a emenda 126. Vamos trocar aqui de coordenador.

Emenda 127 “financiar com recursos do governo federal, estadual e municipal infraestrutura, água, saneamento e vias de acesso em 100% das cidades do Brasil, incluindo a área rural”, defesa? Não. Votação. Quem é favorável à emenda aditiva 127, por favor, levantar o crachá. Quem é contrário à emenda 127? Abstenções? Então aprovada a emenda 127. Emenda 128 “promover ações que viabilizem ações que estimulem o uso do transporte coletivo de qualidade e menor preço, visando a diminuição do fluxo de veículos em circulação”, defesas? Não? Em regime de votação. Quem é a favor da 128? Contra? Abstenções? Uma. Aprovada a emenda 128. Emenda 129, “apoiar os projetos e ações sob a responsabilidade das ONGs e demais entidades que atuem no desenvolvimento urbano”, “apoiar as cidades e

municípios para ações de preservação e conservação do patrimônio histórico e cultural”.

Tem defesa. Getúlio, 129.

Defesa contra? E uma a favor.

Eu vou fazer aqui uma fala, que não é uma defesa, é só uma observação. Eu penso que a proposta em si ela é complicada, porque ela mistura duas questões nessa emenda 129, não sei se veio assim da sistematização, ela está misturando duas questões distintas em primeiro lugar. Em segundo lugar a gente já tem ações tipo Minha Casa, Minha Vida e entidades, e aqui está falando única e exclusivamente para questões de ONGs e demais entidades que atuem no desenvolvimento urbano. Então eu penso que aqui a gente não tem a alternativa de alterar a redação, de modificar, de melhorar... Porque aqui é claro que a proposta é boa e está incompleta, da forma como ela está incompleta ela sugere interpretações, mas eu não estou fazendo uma defesa contrária.

A outra defesa.

Eu sou a favor dessa emenda pelo simples fato de residir em um município que tem uma história, um dos primeiros municípios da Bahia e que está tendo o seu patrimônio histórico depredado e quando se trata de cultura, o patrimônio e material não está sendo diferente, portanto eu sou a favor. E essas questões das ONGs, todos nós sabemos que existem ONGs e ONGs e cabe ao governo federal distinguir umas das outras, obrigado.

Em regime de votação da emenda 129. Quem é a favor da emenda 129, levanta o crachá. Quem é contra a emenda 129? Abstencões? Aprovada a emenda 129. Emenda 130 “criar portal da transparência no FNDU versus financiar a realização de fóruns permanentes de desenvolvimento urbano”, defesas? Em votação a emenda 130. Que é a favor? Contra? Abstencões? Aprovada a emenda 130. Emenda 131, “apoiar e incentivar a utilização de tecnologias apropriadas para a preservação ambiental e de técnicas para melhor gerir os recursos naturais.” Defesas? Não? Em regime de votação. Quem é a favor da emenda 131? Contra? Abstencões? Aprovada a emenda 131. Emenda 132, “financiar ações de pesquisa, formação, aplicação e divulgação da política nacional de desenvolvimento urbano”, defesas? Não. Em regime de votação a emenda 132. Quem é a favor? Contra? Abstencões? Aprovada a emenda 132. Emenda 133 “apoiar e fomentar programas e projetos de educação no trânsito em entidades públicas e privadas”, defesas?

Destaque.

Destaque contrário. Apoiar e fomentar programas... se fossem entidades públicas tudo bem, mas privadas... não dá para o público ir para o privado, a gente não pode transferir verba pública para o que tem que ser feito pelo público, é o público que tem responsabilidade de fazer essas campanhas e não dá responsabilidade para o privado para que isso seja feito, eu sou contrária à emenda.

Destaque favorável.

Veja bem, está dizendo aqui está dizendo aqui apoiar e fomentar, não está dizendo financiar, não está dizendo que vai dar dinheiro, fomentar é motivar para que a pessoa faça também. Na verdade não é... eu sou favorável sim porque fomentar é motivar que aconteça.

Ok, obrigado, em regime de votação. Pela aprovação da emenda 133, levanta os crachás. Quem é contrário? Abstencões? Ok, então está recusada a emenda 133. (manifestação contrária do plenário). Aqui visualmente... Ok, vamos repetir a votação da emenda 133. Quem é a favor da emenda 133? Ok, deu pra ver melhor agora. Quem é contrário à emenda 133? Uma última conferência pessoal... Quem é a favor da emenda 133? Pedi uma ajuda aqui porque a luz está ofuscando um pouco quem está lá no final... Eu queria chamar as duas companheiras que se pronunciaram a favor e contra... Bom, vamos lá de novo então... agora a gente com o auxílio aqui para contagem... quem é favorável à emenda 133? Quem é contrário à emenda 133? A gente vai ter que fazer uma contagem porque está bem dividido...

Já teve duas defesas gente... Vamos pedir para o pessoal sentar novamente...

Pessoal, vamos sentar para gente fazer essa contagem, por favor...

Três pessoas, por favor, a favor e três pessoas contrárias para contar... gente, formem três duplinhas, por favor... Todo mundo sente agora pra gente poder contar, porque senão inviabiliza a contagem...

Pessoal, podemos? Então o pessoal do meio e da minha esquerda, depois a gente faz a da direita que está mais concentrada. Do meio e da esquerda, quem é favorável à emenda aditiva 133?

Companheiro sai andando e contando por fileira, por favor. Contem juntos... os dois que estão contando... Calma gente... calma

A gente pede a compreensão de todos para fazer a contagem com tranquilidade... Vamos esperar... vai demorar um pouquinho sim... vamos esperar...

Na ala da esquerda quinze favoráveis, na área do centro 64 favoráveis. Da ala da direita agora, quem é favorável à aprovação da emenda 133? Só valem os votos de quem estiver sentados...

Vocês podem sentar para a gente não ter confusão de voto... Só conta o voto de quem está sentado... A direita se confundiu... vamos pedir de novo aqui...

Pessoal, primeiro todo mundo sentado, quem não estiver contando o voto favor sentar e não sair do lugar... se não é ruim... quem não estiver contando o voto, por favor sentar... quem vai contar aqui na frente... senta senta senta

Da ala da direita agora, quem é favorável à aprovação da emenda 133?

Pedimos o silêncio da plenária para ajudar a contagem a ser mais rápida...

Vamos lá começando de novo da ala central e da ala esquerda... quem é contrário à aprovação da emenda 133? 49... da ala direita quem é contrário à emenda 133 levanta o crachá, por favor...

Querida, quem está contando é aqueles dois ali... você não está contando...

Bom, então enquanto a gente faz a soma aqui, eu queria agradecer a colaboração de todos por essa contagem e uma salva de palmas para os companheiros que ajudaram a contar (aplausos). Abstenções? Não... Resultado final... Tivemos 156 votos a favor e 195 contra, portanto está rejeitada a emenda 133. Emenda 134 “fomentar e implementar a aplicação da lei número 11888 de 24/02/2008, relativa à assistência técnica gratuita à população de baixa renda”, destaques?

Tem uma defesa a favor... Alguém contrário que queira fazer a defesa? Não há posição contrária.

Então, em regime de votação da emenda aditiva 134, quem é favorável à inclusão da emenda aditiva 134 levanta os crachás... Quem é contrário? Abstenções? Aprovada a emenda 134. Emenda 135 “estimular a educação ambiental e disponibilizar as informações sobre os centros urbanos”, algum destaque? Não... Favoráveis, levante o crachá... Contrários à emenda 135? Abstenções? Aprovada a emenda 135. Emenda 136, “integrar as políticas urbanas com as ações de trabalho e renda”, destaques? Não. Em regime de votação. Quem é favorável à emenda 136? Contrários a emenda 136? Abstenções? Aprovada a emenda 136. Emenda 137

“implementar nos municípios sistema de informação com dados intra e inter urbanos que promovam o planejamento de políticas, o gerenciamento integrado de ações e o acesso às informações para a população”, defesas? Não? Em regime de votação a emenda 137. Quem é a favor da emenda 137? Contra? Abstenções? Aprovada a emenda 137. Emenda 138 “apoiar a criação de sistema de informação gráfica, SIG e a capacitação de técnicos para a superação no município”, destaques? Em regime de votação. Quem é favorável à emenda 138? Contra? Abstenções? Aprovada a emenda 138. Emenda 139 “disponibilizar recursos financeiros para garantir a implementação da assistência técnica pública e gratuita para habitação de interesse social, regularização fundiária, controle social para as áreas de interesse social”, destaques? Defesas? Não. Em regime de votação. Quem é favorável? Contrário? Abstenções? Aprovada a emenda 139. Vou passar para o caput do texto original do artigo 31 “O fundo nacional de desenvolvimento urbano deve ter entre as suas receitas, inciso 1, dotação do orçamento geral da união, classificadas na função geral de desenvolvimento urbano, inciso 2, recursos dos seguintes fundos: Fundo de Amparo ao Trabalhador FAT, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS, nas condições estabelecidas pelo seu conselho curador, Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social FINHIS, Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social FADS, Fundo Constitucional de Desenvolvimento Regional, inciso terceiro, recursos provenientes de empréstimos externos e internos para programas da política nacional de desenvolvimento urbano, inciso 4, receitas patrimoniais e operacionais de operações realizadas com recursos do FNDU”, destaques, tem?

Tem uma contrária e uma a favor.

Boa tarde, eu sou a favor da supressão desse item por entender que é necessário criar um fundo nacional de desenvolvimento urbano, mas é preciso aprofundar mais em algumas questões um documento interministerial que já foi aprovado porque nós entendemos, do governo público federal, que a composição de fundo com recursos de outro fundo já criado primeiro, acaba dificultando a gestão dos recursos, burocratizando o processo de repasse e acaba inviabilizando a proposta de criação de um fundo destinado a promover um desenvolvimento urbano geral, amplo, ao invés de setorial, que nem é esses fundos que compõe o caput.

Bom pessoal, eu penso que a gente não está brincando aqui, a gente está num amplo e profundo debate e nesse sentido a gente respeita todas as opiniões, eu acho importante inclusive até quem tem uma opinião divergente da maioria que está aqui debatendo colocar isso na pauta, porque às vezes a gente debate aqui e

quando chega dentro das esferas governamentais, as coisas trancam porque a opinião que não é exposta aqui serve depois para servir de burocratização lá. Eu penso que se pudesse fazer a emenda eu ia querer que 1% dos 900 bilhões que é colocado todo ano para arrolar a dívida, enriquecer banqueiro e fundo de pensão, deveria estar aqui para o desenvolvimento urbano. Então pessoal, não pode fazer a emenda, mas o mínimo que a gente tem que fazer é manter isso e avançar porque a gente entende que esse fundo nacional de desenvolvimento urbano, tem que ter lá dentro todos os recursos do desenvolvimento urbano que já existem, esse fundo além de ser um fundo financeiro, tem que ser um fundo político, um fundo político que está baseado no sistema que é o tema dessa nossa quinta conferência nacional das cidades. Eu penso que não precisaria de fazer a defesa se a companheira não tivesse vindo aqui fazer o debate, mas já que a gente está aqui esse é debate é bom... é bom para saber quem é a favor de avançar na participação popular e no controle social efetivo e controle social efetivo no Brasil só se faz com recursos, porque lei é bonita, nós temos muitas, a gente conseguiu aprovar as quatro leis setoriais e o problema para implementar todas elas é que a gente não tem recurso. O recurso a gente vai ter com um sistema, com fundos, autonomia e outras fontes de receita que ainda não estão nessa proposta.

Ok, obrigado. Bom, aqui como nós temos uma situação um pouco diferente, nós temos uma emenda supressiva do artigo 31 como um todo, primeiro a gente vai colocar em votação pela supressão do artigo todo. Então quem é a favor da supressão do artigo todo, desculpa... ok... quem é favor da manutenção do texto original em detrimento da emenda supressiva, por favor, levanta os crachás. Quem é contra? Abstenções? Ok, por enquanto fica valendo o texto original. Agora vem a segunda questão, pela manutenção do texto original ou pela avaliação das emendas? Então quem é pela manutenção do texto original, levanta os crachás...

Então temos que apreciar a supressiva parcial também gente...

Quem é contra a manutenção desse texto e quer discutir as emendas parciais levanta os crachás... eu acho que eu não fui claro... vamos de novo... pela manutenção do texto original, como está, sem discutir as emendas levanta os crachás. Quem é contrário à manutenção do texto original e quer discutir as emendas levanta os crachás. Então venceu a manutenção do texto original, artigo 31, aprovado o artigo 31. Artigo 32, página 75, acompanha aí, página 75, artigo 32...

As emendas aditivas não foram apreciadas... 143 para frente são emendas aditivas...

Voltando então... emendas aditivas ao artigo 31, artigo 4 “FUPEN Fundo Penitenciário Nacional e demais fundos correlatos”, artigo sétimo, inciso sétimo “recursos do pré-sal, royaltys, loterias e jogos”. Então... destaque com relação à emenda 143? Insere dois incisos a mais ali na dotação do orçamento geral da união...

Pessoal, eu penso que a gente faz muitas lutas e as lutas são correlatas, eu penso que a gente tem que avançar em outras fontes para o nosso fundo nacional do desenvolvimento urbano, mas eu penso que a gente conseguiu, depois de um árduo debate com a sociedade brasileira avançar para que o pré-sal fosse para a educação e para a saúde. E foi um acordo que os movimentos que estão aqui e outros setores da sociedade a muito custo conseguiram avançar porque os municípios queriam que não fosse para os fundos sociais e que os próprios royaltys acabassem indo para os municípios sem rubrica, ou seja, o dinheiro o prefeito poderia usar como quisesse, agora esse dinheiro vai estar carimbado nessa questão, da educação e da saúde. E já tem o fundo do pre-sal que já tem outras políticas de desenvolvimento que estão previstas nesse fundo. Eu acho muito ruim a gente ter aqui “um oportunismo” de colocar fundo penitenciário e o fundo do pre-sal pra dentro desse debate, se ainda bem, esses recursos estão direcionados para outras políticas de desenvolvimento muito importantes. Então eu sou contra essa proposta não porque eu não queira ampliar os recursos do fundo do desenvolvimento urbano, eu só penso que não vai ser nessas fontes específicas que a gente vai avançar, eu já disse tem os dinheiros que vai para os banqueiros, tem os dinheiros que vão para outras do próprio AGU, que a gente pode estar debatendo e que estão nas outras propostas.

Mais algum destaque? Alguém quer fazer a defesa a favor da manutenção do texto?

Então em regime de votação, quem é favorável à manutenção da emenda 143 levanta os crachás. Contrários? Abstenções? Recusado o artigo 143, emenda 143. Emenda 144 ainda continuando nas dotações do orçamento geral da união, inclui o fundo de interesse difusos, algum destaque?

Tem um destaque contrário... Marcos Landa...

Companheirada, bem rápido e rasteiro, se fosse o fundo nacional de direitos teria a nossa aprovação, mas interesse, isso não diz nada, é muito abstrato, por isso nós somos pela supressão.

Alguém a favor... Não há defesas a favor...

Então em regime de votação, artigo 144, quem é favorável levanta o crachá. Quem é contrário, levanta o crachá. Abstenções? Então está recusada a emenda 144.

Emenda 145, continuando “e outros fundos que venham a ser criados relacionados à temática do desenvolvimento urbano”, destaques? Em regime de votação. Quem é a favor da manutenção do 145? Quem é contrário? Abstenções? Está aprovado o 145. 146, continuando também “e do fundo nacional de segurança e educação de trânsito FUNSET”, destaques?

Contrário, Marcos Landa...

Nós somos contra porque o sistema de trânsito está dentro do Ministério das Cidades, então está no conselho, já que nós estamos criando o fundo nacional de desenvolvimento urbano, nós somos contra, pela rejeição dessa proposta.

Mais algum destaque? Em regime de votação a emenda 146, quem é favorável levanta o crachá, quem é contrário? Abstenções? Está recusada a emenda 146. Continuando, o artigo 3 texto original “recursos provenientes de recursos internos e externos para a política nacional de desenvolvimento urbano”, não há emendas, desculpa, texto 4, “receitas operacionais e patrimoniais realizadas com recursos do FNDU” temos sete emendas, na verdade são todas emendas aditivas. Então vamos começar da 147 “assegurar recursos da ordem de 0,45% do PIB no prazo de 25 anos para garantir a universalização dos serviços de saneamento básico, previsto na lei 11445, com financiamento público para saneamento rural, considerando o modelo para sistemas de abastecimento de água para as zonas rurais”, destaques? Não. Em regime de votação, quem é favorável à emenda 147, levanta o crachá quem é favorável. Por favor, mais uma vez. Quem é contrário a emenda 147? Abstenções? Aprovada a emenda 147. Emenda 148 “prever percentual do PIB para o fundo nacional de desenvolvimento urbano para execução da política nacional de desenvolvimento urbano”, destaques? Quem é favorável à emenda 148? Ah... desculpa... são dois incisos... “receitas oriundas da arrecadação de impostos de empresas de comércios e serviços que gerem risco ambiental à população e ao ambiente, para o FNDU, conforme resolução CONCIDADES e CONAMA de acordo com o fator de poluição”, então temos dois incisos dentro da mesma emenda, algum destaque? Pela aprovação da emenda 148? Quem é contrário à emenda 148? Abstenções? Aprovada a emenda 148.

Vamos revezar aqui... Emenda 149 “criação de mecanismo para recebimento de recursos internacionais para o fundo nacional de desenvolvimento urbano”, algum

destaque? Não... em votação. Quem é favorável? Contrários? Abstenções? Aprovada. Emenda 150 “recursos provenientes da destinação voluntária de percentual definida do imposto de renda a pagar, recursos provenientes sob grandes fortunas quando de sua regulamentação”, alguma defesa? Em votação... quem é favorável levanta o crachá... contrário? Aprovado. Emenda 151 “recursos provenientes do lucro arrecado com eventos esportivos, recursos advindos de impostos sobre a arrecadação com controle de estacionamento nas vias públicas urbanas, bem como os pedágios cobrados nas rodovias estaduais e federais, oriundo da CIDE Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico, recursos provenientes dos tributos da movimentação dos portos brasileiros”, alguma defesa ou destaque? Não... Em votação, quem é favorável levanta o crachá. Quem é contrário? Abstenções? Aprovada. Emenda 152 “estabelecer dotação orçamentária para o fundo nacional de desenvolvimento urbano e rural, cujo os valores percentuais de repasse sejam inversamente proporcionais ao IDH Índice de Desenvolvimento Urbano e extensão territorial, evitando assim o entrave do processo de execução e fiscalização pelo conselho e programas pelos municípios”, alguma defesa? Defesa contrária, então quem tiver favorável já aproxima ali para defender depois.

Bom dia a todos, pessoal, eu defendo essa questão, às vezes nós estamos olhando aqui muitas questões que trata da parte rural. Eu moro em uma cidade muito pequena, como a senhora já se manifestou aqui hoje, há um co-relacionamento muito grande entre as cidades rurais, a minha cidade é uma cidade totalmente ruralista, ela depende exclusivamente da zona rural para a gente sobreviver, nós não temos empresa, nós não temos nada, dependemos apenas do poder público e da zona rural para sobrevivência e há um desconforto muito grande nessas regiões, temos distritos afastados da sede dos municípios que vivem em desgraça e nós precisamos que esses distritos, que os trabalhadores rurais que ali habitam tenham um pouco de acesso a isso que nós estamos buscando aqui para o setor urbano, nós precisamos. Existem distritos em diversas cidades pequenininhas que precisam do apoio do setor urbano para que eles sobrevivam e nós não temos isso e é essencial para nós, muito obrigado.

Contrário?

Eu acredito que a gente não pode perder o rumo do que a gente está fazendo aqui, a gente está construindo o fundo nacional de desenvolvimento urbano, a Dilma colocou para nós, a nossa querida presidente, que já existe uma série de políticas

de desenvolvimento rural, mas que aqui o foco é discutir a questão urbana, a questão das nossas cidades. Então eu acho que essa emenda ao falar de um desenvolvimento de um fundo urbano e rural e já querer determinar percentuais... por exemplo, é uma questão de complexidade, existem obras de saneamento que se tu for usar o índice do município tal, o custo da obra é 200.000.000, 300.000.000, se tu for pegar a questão de dividir igualmente entre os cinco mil municípios do Brasil, daqui a pouquinho vai sobrar um milhão, dois milhões para cada município, usando essa questão, ou seja, a gente ao invés de ampliar pode estar nos restringindo, está aqui o pessoal do saneamento que não me deixa mentir, que essas obras de saneamento de infraestrutura são muito caras, então eu penso que isso ao invés de ampliar restringe. Então eu penso que essa emenda não acrescenta, por isso a gente defende contrário a essa emenda.

Em regime de votação. Quem é favorável a emenda 152, por favor, levantar o crachá. Quem é contrário, por favor, levantar o crachá. Abstenções? Rejeitada a emenda 152. Emenda 153 “realizar estudos por meio de um grupo de trabalho para identificar e implementar diferentes fontes de recurso que deverão ser transferidas para o FNDU, considerando os recursos e impostos relacionados à dinâmica das cidades, aos recursos oriundos das relações financeiras, sistema bancário público ou privado, a manutenção do volume de recursos reservados para as obras da Copa sejam direcionados para o FNDU e destinar parte do patrimônio mobiliário da união não utilizado ou sub utilizados para HRS, bem como recursos oriundos da venda de patrimônios para o FNDU”, alguma defesa? Em regime de votação. Favoráveis a emenda, favor levantar o crachá. Contrários? Abstenções? Aprovada a emenda. Texto original 32, “deve ser de competência do ministério das cidades a função de órgão gestor do fundo nacional de desenvolvimento urbano FNDU”. Existem quatro emendas, emendas modificativas, certo? Primeiro pela manutenção do texto original e quem é a favor depois de haver as propostas de emenda. Quem é a favor somente da manutenção do texto original sem as emendas, por favor, levanta o crachá. Quem é a favor da proposta original com emendas, favor levantar o crachá. O pessoal entendeu? Então está mantido só o texto original e não tem as emendas. Agora as emendas modificativas serão, as aditivas não. As aditivas 156, na outra página, emenda aditiva 156, “ficando sob acompanhamento do conselho nacional das cidades”, alguma defesa? Em votação. Favoráveis à emenda 156 favor levantar o crachá. Contrários? Abstenções? Aprovada. Emenda 157 “para atuação cooperada entre a união, estados, Distrito Federal e municípios voltada à promoção da política regional e local do desenvolvimento urbano, o ministério das cidades

deve contar, entre outros, com os seguintes instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial: planos nacional, regional e metropolitano e setoriais urbanos de ordenação do território e desenvolvimento econômico e social que levem em consideração as particularidades das comunidades ..., planos plurianuais, lei de diretrizes orçamentárias e orçamento geral da união, fundo nacional de desenvolvimento urbano, consórcios públicos com a participação do ministério das cidades e outros entes públicos, sistema nacional de informações e de monitoramento das políticas urbanas como parte do sistema nacional de desenvolvimento urbano integrado a outros sistemas existentes e aos que vierem a ser criados, garantindo amplo acesso ao mesmo”, alguma defesa? Em votação, quem é favorável à emenda 157, favor levantar o crachá. Quem é contrário? Abstenções? Aprovada a emenda. Texto original 33, “o conselho nacional das cidades deve ter as seguintes competências sobre a aplicação dos recursos do FNDU: 1) estabelecer os critérios para a distribuição regional, 2) estabelecer os critérios para o repasse dos recursos aos estados e aos municípios e as contra partidas dos entes federativos, 3) definir as diretrizes, os programas e os critérios para a distribuição e aplicação dos recursos do fundo”. Existem quatro emendas supressivas, uma modificativa.

A primeira supressão total já temos uma defesa e pela manutenção também temos defesa, então vamos à defesa.

Bem, eu vou me ater a uma palavra e é por isso que eu vou defender a supressão total, uma parte inclusive na discussão de ontem eu já coloquei porque. O que a gente quer é um fundo que quando tiver dinheiro possa estabelecer alguns critérios com diretrizes que funcione mais ou menos como o FGTS, que a partir de programas que forem definidos a partir de estudos próprios do governo estadual, governo federal, companhias de saneamento e associações de saneamento e habitação e uma discussão prévia possa estabelecer os critérios, mas colocar para o conselho definir programas, eu acho que na verdade a gente vai estar fazendo o contrário, porque como é que nós vamos querer que o conselho, que tem uma periodicidade de reunião, uma limitação, inclusive técnica, possa estabelecer programas com todas as características de financiamento que eles possam ter. Então eu estou defendendo a supressão total, porque não me é permitido fazer a supressão só da palavra programas, já que programas no meu entender é uma atribuição do órgão gestor do sistema de saneamento, no caso o ministério das cidades, a partir do que ele discutiu previamente com as entidades de direito. Então eu acho que pela supressão e que isso seja encaminhado para uma discussão

superior como é que a gente pode fazer essa atribuição funcionar a contento dentro do conselho, porque senão a gente vai estar engessando o conselho e na verdade não criando programa nenhum.

Agora a gente vai ter a defesa da manutenção original do texto.

Pessoal, a palavra que o companheiro colocou aqui... o texto não diz que o conselho vai criar programa, diz que ele vai discutir as diretrizes para os programas, é dizer assim... o recurso tem que ser aplicado na região amazônica com tantos por cento, para contemplar a região nordeste, o programa vai atender a faixa de tantos salários mínimos, o programa tem que servir para acabar com tais e tais mazelas da cidade, são as diretrizes, porque nós temos a clareza de que o conselho não é executivo. É um negócio que nós, que escrevemos esse documento temos a clareza é que nós não queremos a caneta de ninguém para governar por ninguém, agora o que nós queremos é que o conselho, com todos os seus segmentos, com todos os seus pactos, ele possa pactuar tudo no que diz respeito à política e tudo no que diz respeito à execução do recurso, por isso que eu estou defendendo a manutenção do texto.

Esclarecido o plenário? Vamos então colocar em votação a manutenção do texto ou então a supressão, quem é favorável à manutenção do texto, favor levantar o crachá. Quem é contrário pela supressão do texto, favor levantar o crachá. Aprovado o texto, agora passamos às emendas. Emenda 159, “o conselho nacional das cidades deve ter as seguintes competências sobre a aplicação dos recursos do FNDU, 1) estabelecer os critérios para a distribuição regional, potencializando a transparência, com a apresentação de gráficos e índices que comprovem a destinação dos recursos instituindo e ampliando programas de repasse de recursos a fundo perdido para os municípios voltados às ações de saneamento, em especial a implantação de redes de drenagem pluvial e destinação de resíduos sólidos e para a estruturação do sistema fluviais, 2) estabelecer os critérios para o repasse de recursos aos estados e municípios e a contra partida dos entes federados, comunicando aos delegados dos municípios” “definir as diretrizes, os programas e os critérios para distribuição e aplicação dos recursos do fundo” “b) o conselho das cidades observando os resultados e proposições das conferências das cidades e buscando a desburocratização excessiva e promovendo ações mais efetivas para o alcance dos resultados deve ter as seguintes competências sobre a aplicação dos recursos do FNDU: estabelecer os critérios para a distribuição regional, estabelecer os critérios do repasse dos recursos aos estados e municípios e as contrapartidas

dos entes federativos, definir as diretrizes, os programas e os critérios para distribuição e aplicação dos recursos do fundo com maior direcionamento ao fortalecimento das políticas municipais de desenvolvimento urbano”, alguma defesa ou destaque?

Há uma defesa contrária, Getúlio. Quem for favorável já venha caminhando. Há uma questão de ordem pedindo primeiro votar se é a manutenção do texto original e depois apreciar as modificações.

Está entendido plenário... na verdade a gente votou pela manutenção do texto original, eu tinha consultado aqui, então agora nós vamos votar a manutenção do texto original ou a manutenção com as emendas modificativas. Essa é a votação, se for aprovado somente a manutenção do texto original, não tem as emendas modificativas, se for aprovado o texto original com as emendas modificativas nós vamos passar para a apreciação das modificativas, está bem? Então agora nós vamos à votação, quem é a favor somente da manutenção do texto original, sem as emendas modificativas, favor levantar o crachá. Quem é a favor da manutenção do texto original com emendas modificativas? Aprovado o texto original, passamos às emendas aditivas. A partir do 164, página 78, emenda 164, “fiscalizar e dar transparência quanto á utilização dos recursos”, alguma defesa? Em votação. Quem é favorável à emenda 164, favor levantar o crachá. Quem é contrário? Abstencões? Aprovado. Emenda aditiva 165, “garantir a participação popular na definição do orçamento nas três esferas de governo, recursos livres para todas as políticas públicas”, “garantir a participação do conselho das cidades nas três esferas de poder, na definição, critérios de distribuição e repasse de recursos do FNDU”, alguma defesa? Em votação, quem é favorável à emenda, favor levantar os crachás. Quem é contrário? Abstencões? Aprovada a 165. 166, última emenda “atribuir ao conselho das cidades a fiscalização e o assessoramento na realização de estudos, propostas e reavaliações das diretrizes para o desenvolvimento urbano e regional, com a participação social e integração das políticas fundiárias e planejamento de habitação, saneamento ambiental, trânsito, transporte, mobilidade urbana e rural e políticas de caráter ambiental, garantindo para isso assessoria técnica e jurídica”, alguma defesa? Nenhuma. Em votação, quem é favorável à emenda 166, favor levantar o crachá. Quem é contrário? Abstencões? Aprovada a emenda 166, a última emenda, muito grato pela paciência, aos sobreviventes, uma salva de palmas e vamos para o almoço, se ainda tiver...

